

2026

EDIÇÃO 006

BOLETIM AGROFAET

RETIFICAR

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

CNA FEDERAÇÕES SINDICATOS SENAR

PRODUTOR QUE RETIFICA O CAR SÓ TEM A GANHAR

A Regularização Ambiental Rural é um conjunto de ações estabelecidas no Código Florestal para garantir equilíbrio ambiental e produtivo do imóvel rural. O primeiro passo é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em seguida, é preciso acompanhar sua análise pelo órgão estadual ompetente e realizar as retificações necessárias.

Para isso, o Sistema CNA vai te ajudar com o RetifiCAR.

Procure seu sindicato rural e saiba o que é preciso fazer para continuar tendo acesso a todos os benefícios que só o CAR retificado pode ferecer.

Produtor que retifica o CAR só tem a ganhar.



BENEFÍCIOS:

- ✓ Acesso ao crédito rural com melhores condições de financiamento;
- ✓ Oportunidade para certificações ambientais;
- ✓ Acesso ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA);
- ✓ Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Produtor, procure o seu sindicato rural, ele vai te orientar a retificar o seu CAR e percorrer todas as etapas da regularização ambiental.

Para mais informações, contate nossa equipe:

(63) 99208-2355 agropassos.eng

ambiental@agropassos.eng.br

CNA FEDERAÇÕES SINDICATOS SENAR

FAET
Federação da Agricultura e Pecuária – Tocantins



O agronegócio tocantinense segue em constante transformação, impulsionado pelo trabalho dos nossos produtores rurais e pela necessidade de acompanhar um cenário econômico cada vez mais dinâmico. Nesse contexto, ter acesso a informações confiáveis e análises técnicas é fundamental para compreender os desafios, identificar oportunidades e orientar decisões.

Nesta edição do Boletim AgroFAET, apresentamos um panorama de indicadores importantes para o setor produtivo, com análises sobre o mercado de trabalho, a balança comercial e o desempenho das exportações do agronegócio tocantinense. São informações que nos ajudam a compreender a participação do nosso estado nos mercados nacional e internacional.

Também trazemos um acompanhamento das principais cadeias produtivas, como a bovinocultura de corte e de leite, a apicultura, a piscicultura e a avicultura, além de uma análise especial sobre as exportações para a União Europeia.

Outro destaque é o fechamento da safra 2025/2026 e a transição para o ciclo 2026/2027, com informações sobre as condições climáticas, o desempenho das culturas e os custos de produção. Um conjunto de análises especialmente relevante para o planejamento das atividades no campo.

O boletim apresenta ainda as principais ações institucionais acompanhadas pela Federação, incluindo discussões ambientais e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas do Tocantins.

Mais do que reunir dados, o AgroFAET representa o compromisso do Sistema FAET/Senar com a produção e a disseminação de conhecimento. É resultado de um trabalho técnico dedicado a transformar informações em instrumentos que contribuam para o fortalecimento do setor agropecuário.

Boa leitura!

Paulo Carneiro
Presidente do Sistema FAET/SENAR

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
PAULO CARNEIRO

1º VICE-PRESIDENTE
FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS

2º VICE-PRESIDENTE
JOSÉ EDUARDO GUIMARÃES MOTA

TESOURARIA E SECRETARIA
EURÍPEDES MARTINS COSTA
DARCI DÁRIO DREWS
VANDERLEI SILVA
FRANCISCO CARLOS ASSI TOZZATTI

CONSELHO FISCAL
JACKSON SOUZA LIMA
VALDEMAR BATISTA NEPOMOCENO
OZENIRA MARQUES CALDEIRA
CLEITON MARINHO DE BRITO
MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA

SUPERINTENDENTE DA FAET
MILLER SANTANA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CASSIANE DAL BEN FIALHO
CARLA CARIELLY MILHOMEM SILVA
RUTH MARIA DE JESUS

COORDENAÇÃO TÉCNICA
LUIZ CLAÚDIO FARIA

ASSESSORIA TÉCNICA
FABRIEL WANDERLEI
GABRIELA SILVA ARAÚJO
MARIA CLARA TEIXEIRA
RAQUEL MOURA

SUPERVISÃO EDITORIAL
ROGÉRIO SILVA
RENATA SANTANA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
JEAN DOURADO NAVA

CONTATOS DA ASSESSORIA TÉCNICA DA FAET
ENDEREÇO: ACNO 01, RUA NO 5, LOTE 38, PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS/TO
CEP: 77.001-020
EMAIL: COMISSOES@FAETRURAL.COM.BR
TELEFONE: (63) 3219-9242

FAET
Federação da Agricultura e Pecuária – Tocantins

sumário

MERCADO DE TRABALHO 6
CAGED - Análise do 4º Bimestre de 2026 – BRASIL e TOCANTINS 6
[CAGED] O Brasil gerou 221.742 empregos formais no 4º bimestre de 2026 6
[CAGED] O Tocantins registrou 892 empregos formais no 4º bimestre de 2026 6
Dados da PNAD Contínua 2º Trimestre de 2026 - Brasil - Tocantins 7
Balança comercial do Tocantins 7
BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS 7
O AGRONEGÓCIO NA BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS 8
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO 8
PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES 9
DISTRIBUIÇÃO MUNICIPAL DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO TOCANTINENSE 10
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS EXPORTAÇÕES 10
VOLUMES E VALORES MÉDIOS DAS EXPORTAÇÕES 11
PANORAMA 13
Bovinocultura de corte 13
Bovinocultura de leite 17
Apicultura 19
Piscicultura 20
Avicultura 21
Especial - Exportação à União Europeia 23
Fechamento da Safra 2025/2026 e Transição para o Ciclo 2026/2027 no Tocantins 25
1. Balanço final da safra 2025/2026 25
2. Condições climáticas do trimestre e El Niño 26
3. Desempenho das culturas no trimestre 27
4. Custos de produção para a safra 2026/2027 29
5. Transição para a safra 2026/2027 30
INFORME SETORIAL 31
31ª, 32ª Reunião Extraordinária e 83ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA/TO 32
Cerimônia de Posse do Gestor do Núcleo MATOPIBA 32
Reunião sobre metodologia de coleta de dados com Diretoria de Inspeção da ADAPEC 33
Reunião sobre pagamento diferido do leite com Sindileite e Ruraltins 33



FAET
Federação da Agricultura e Pecuária – Tocantins

sumário

Reunião sobre estudo diagnóstico com FIETO 34
Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA) 34
Reunião para definição do escopo de apresentação da metodologia de coleta de dados da Embrapa 35
150ª, 151ª e 152ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE. 35
Reunião com SENAI sobre curso de formação de mão-de-obra para indústrias lácteas 36
Reunião da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar (CNA) 37
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Aves e Suínos 37
5ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial do Leite - TO (CSLTO) 37
205ª Reunião Ordinária do Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do COEMA/TO 38
GT Dados da CSLTO 38
3ª Reunião Ordinária do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+ Tocantins 39
2ª Reunião da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Tocantins 39
Reunião da FAET, IFTO e FAPTO 39
Reunião do GT Dados na ADAPEC 40
Reunião Ordinária da Comissão de Logística 40
Reunião da Câmara Setorial de Piscicultura (CSPTO) 40
Reunião da APA Santa Tereza 42
Reunião da FAET com os Sindicatos Rurais 42
Reunião GT Pecuária de Baixo Carbono 43
Circuito de Resultados do Campo Futuro - Bovinocultura de Corte 43
1ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – CEVAT 43
Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CTPAJ/CERH 44
33ª, 34ª e 35ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – CTPFERH 44
Reunião da Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite - CNA 45
1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Foz do Rio Santa Teresa 45
Reunião do GT Dados no Ruraltins - Censo da Pecuária de Leite 46
Reunião da Comissão de Produtos Orgânicos do Tocantins 46
Reunião GT Econômico da CNA 46
Reunião da Câmara Setorial de Ovinocultura e Caprinocultura 47



MERCADO DE TRABALHO

CAGED - ANÁLISE DO 4º BIMESTRE DE 2026 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 221.742 EMPREGOS FORMAIS NO 4º BIMESTRE DE 2026.

Segundo dados do **Novo Caged**, o Brasil registrou **4.572.863 admissões** e 4.351.121 desligamentos entre julho e agosto de 2026, resultando em saldo positivo de **221.742 empregos formais**. O desempenho ficou abaixo do observado no mesmo período de 2025, quando foram criadas **288.467 vagas**, representando redução de aproximadamente **23,13% no saldo de empregos**.

O setor de **serviços** liderou a geração de postos de trabalho, com saldo de **131.979 vagas**, seguido pela **construção (32.871)**, **indústria (27.898)**, **comércio (14.694)** e **agropecuária (14.299)**. Apesar da desaceleração em relação ao ano anterior, todos os grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo positivo no período.

[CAGED] O TOCANTINS REGISTROU 892 EMPREGOS FORMAIS NO 4º BIMESTRE DE 2026.

No Tocantins, o **Novo Caged** registrou **24.183 admissões** e **23.291 desligamentos** no quarto bimestre de 2026, resultando em saldo positivo de **892 empregos formais**. O resultado foi inferior ao registrado no mesmo período de 2025, quando o estado apresentou saldo de **1.367 vagas**.

Os **serviços** lideraram a criação de empregos, com **575 postos**, seguidos pelo **comércio (260)**, **indústria (157)** e **construção (98)**. A **agropecuária** apresentou saldo negativo de **-198 vagas**, com as principais retrações na **produção de lavouras temporárias (-140)**, **atividades de apoio à agricultura e à pecuária (-80)** e **pecuária (-55)**. Em sentido contrário, a **produção de sementes e mudas certificadas** registrou saldo positivo de **(83) postos de trabalho**.

A comparação com o mesmo período de 2025 evidencia uma mudança no desempenho da **agropecuária em 2026**. No quarto bimestre do ano passado, o setor registrou **saldo positivo de 464 postos de trabalho**, impulsionado principalmente pela **produção de sementes e mudas certificadas (+209)** e pela **produção de lavouras temporárias (+197)**. **Em 2026**, o setor apresentou **saldo negativo de 198 vagas**, influenciado sobretudo pelas retrações na **produção de lavouras temporárias (-140)** e nas **atividades de apoio à agricultura e à pecuária (-80)**.

Saldo de empregos formais por setor no Tocantins, 4º bimestre de 2026

Setores	Saldo	%
Serviços	575	64%
Comércio	260	29%
Indústria	157	18%
Construção	98	11%
Agropecuária	**-198**	**-22%**
Total	**892**	**100%**

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/FAET.

DADOS DA PNAD CONTÍNUA 2º TRIMESTRE DE 2026 - BRASIL - TOCANTINS

Com base na **PNAD Contínua do IBGE** para o **2º trimestre de 2026**, o Tocantins registrou **taxa de desocupação de 4,1%**, abaixo da **média nacional de 5,4%**. O resultado representa uma **redução de 1,5 ponto percentual** em relação ao 1º trimestre de 2026, quando a taxa estadual era de 5,6%, representando uma das maiores reduções observadas entre as unidades da Federação no período. Na **Região Norte**, o estado manteve a **2ª menor taxa de desemprego**, atrás apenas de **Rondônia, com 2,6%**.

(Fontes: *IBGE PNAD Contínua Trimestral*; *Agência Brasil*; *Jornal Opção Tocantins*; Publicação: 14/08/2026.)

Ranking por Estado da Região Norte		
Taxa de Desemprego		
Menores Taxas		
#	Norte	Taxa de Desemprego
1	Rondônia	2.6
2	**Tocantins**	**4,1**
3	Roraima	5,0
4	Pará	6,2
5	Acre	6,6
6	Amazonas	7,5
7	Amapá	9,8

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 2ª trimestre/2026

BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS

BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS

A balança comercial do Tocantins encerrou o terceiro trimestre de 2026 com superávit de US$ 582,6 milhões, resultado de US$ 692,7 milhões em exportações e US$ 110,1 milhões em importações. O saldo positivo demonstra que as vendas externas permaneceram superiores às compras internacionais, mantendo o desempenho superavitário do comércio exterior estadual.

Em comparação com o mesmo trimestre de 2025, as exportações apresentaram uma diminuição de 27,2%, passando de US$ 951,0 milhões para US$ 692,7 milhões, uma redução de aproximadamente US$ 258,3 milhões.

As importações também diminuíram no período, registrando queda de 15,5%, de US$ 130,2 milhões para US$ 110,1 milhões.

Embora tenha permanecido superavitária, a balança comercial apresentou redução de 29,0% no saldo positivo em relação ao terceiro trimestre de 2025, quando o superávit alcançou US$ 820,8 milhões. Esse resultado decorreu principalmente da retração das exportações, cuja redução em valores absolutos superou a diminuição registrada nas importações.

A corrente de comércio, correspondente à soma das exportações e importações, totalizou US$ 802,8 milhões no terceiro trimestre de 2026, frente a US$ 1,08 bilhão no mesmo

período do ano anterior, representando queda de 25,8%. O resultado evidencia uma redução no valor das transações comerciais internacionais do Tocantins, apesar da manutenção de um saldo comercial positivo.

Balança Comercial do Tocantins – 3º trimestre de 2026 (US$)			
Indicador	**Jul-Set/2025**	**Jul-Set/2026**	**Variação**
Exportações	951.038.558	692.702.849	-27,2%
Importações	130.241.263	110.064.451	-15,5%
Saldo comercial	820.797.295	582.638.398	-29,0%
Corrente de comércio	1.081.279.821	802.767.300	-25,8%

Fonte: Comex Vis/MDIC. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins. Período: julho a setembro de 2025 e 2026

O AGRONEGÓCIO NA BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS

O agronegócio manteve sua posição de destaque no comércio exterior tocantinense no terceiro trimestre de 2026, respondendo por 90,1% das exportações estaduais. Entre julho e setembro, as vendas externas do setor totalizaram US$ 624,1 milhões, de um total de US$ 692,7 milhões exportados pelo Tocantins, evidenciando a elevada participação das atividades agropecuárias e agroindustriais na pauta exportadora estadual.

Em comparação com o mesmo período de 2025, quando as exportações do agronegócio alcançaram US$ 886,0 milhões, houve retração de 29,6%, equivalente a uma redução de aproximadamente US$ 262,0 milhões. A participação do setor nas exportações estaduais passou de 93,2% para 90,1%, representando uma diminuição de 3,1 pontos percentuais.

Em contrapartida, as exportações dos demais setores da economia apresentaram crescimento de 5,6%, passando de US$ 65,0 milhões para US$ 68,6 milhões. Esse comportamento demonstra que a redução das exportações totais do Tocantins esteve concentrada no agronegócio, cuja queda em valores absolutos superou a retração registrada no conjunto das exportações estaduais.

Apesar do recuo observado na comparação, o agronegócio permaneceu como principal componente das exportações tocantinenses. A dimensão dessa participação reforça a importância de acompanhar o desempenho das principais cadeias produtivas, os volumes comercializados e os mercados de destino, de modo a compreender os fatores associados às variações da receita exportadora estadual.

Participação do Agronegócio nas Exportações do Tocantins (US$)			
Indicador	**3º trim. 2025**	**3º trim. 2026**	**Variação**
Exportações totais	951.038.558	692.702.849	-27,2%
Exportações do agronegócio	886.018.450	624.056.012	-29,6%
Exportações dos demais setores	65.020.108	68.646.837	+5,6%
Saldo comercial	93.2%	90.1%	-3,1 p,p,

Fonte: Agrostat/MAPA e Comex Vis/MDIC. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins. Variação da participação expressa em pontos percentuais.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO

As exportações do agronegócio tocantinense permaneceram concentradas na soja em grãos e na carne bovina in natura, que, juntas, responderam por 69,5% das vendas externas do setor no terceiro trimestre de 2026. A soja liderou a pauta exportadora, com US$ 323,9 milhões, seguida pela carne bovina, com US$ 109,7 milhões.

Na comparação com o mesmo período de 2025, a soja em grãos registrou retração de 31,5%, a carne bovina de 41,6% e o milho de 51,4%. Em contrapartida, os feijões secos apresentaram crescimento de 66,0%, alcançando US$ 64,2 milhões e assumindo a terceira posição entre os produtos exportados pelo agronegócio tocantinense.

Principais produtos exportados pelo agronegócio do Tocantins

Produto	Jul-Set/2025 (US$)	Jul-Set/2026 (US$)	Variação (%)	Participação em 2026 (%)
Soja em grãos	472.969.938	323.942.382	-31,5%	51,9%
Carne Bovina in natura	187.979.313	109.689.347	-41,6%	17,6%
Feijões secos	38.692.784	64.215.958	+66,0%	10,3%
Milho	96.389.148	46.880.336	-51,4%	7,5%
Farelo de soja	41.111.527	39.908.261	-2,9%	6,4%
Peptonas e seus derivados	11.717.296	13.772.643	+17,5%	2,2%
Sementes de oleaginosas (exclui soja)	19.132.345	7.864.895	-58,9%	1,3%
Bovinos vivos	4.548.904	4.298.108	-5,5%	0,7%
Miudezas de carne bovina	5.068.746	4.020.466	-20,7%	0,6%
Algodão não cardado nem penteado	930.460	3.606.041	+287,6%	0,6%
Demais produtos	7.477.989	5.857.575	-21,7%	0,9%
Total do agronegócio	**886.018.450**	**624.056.012**	**-29,6%**	**100,0%**

Fonte: Agrostat/MAPA. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins

PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES

A China permaneceu como principal destino das exportações tocantinenses no terceiro trimestre de 2026, com US$ 277,6 milhões, equivalentes a 40,1% do total estadual. Entretanto, as vendas ao mercado chinês recuaram 48,1% em relação ao mesmo período de 2025, reduzindo sua participação nas exportações de 56,3% para 40,1%.

Em contrapartida, Canadá e Índia ampliaram suas compras de produtos tocantinenses em 69,3% e 66,6%, respectivamente, alcançando US$ 67,4 milhões e US$ 65,4 milhões. Esse movimento contribuiu para reduzir a concentração relativa das exportações no mercado chinês, embora a China permaneça como principal parceiro comercial do estado.

Principais mercados de destino das exportações do Tocantins

Produto	Jul-Set/2025 (US$)	Jul-Set/2026 (US$)	Variação (%)	Participação em 2026 (%)
China	535.198.490	277.604.708	-48,1%	40,1%
Canadá	39.805.310	67.375.459	+69,3%	9,7%
Irã	39.229.857	65.373.031	+66,6%	9,4%
Espanha	57.919.143	32.573.452	-43,8%	4,7%
Egito	59.261.303	24.296.623	-59,0%	3,5%
México	6.487.983	18.636.641	+187,2%	2,7%
Rússia	6.308.084	18.255.107	+189,4%	2,6%
Estados Unidos	8.551.277	14.084.101	+64,7%	2,0%
Líbia	5.251.173	13.257.814	+152,5%	1,9%
Turquia	11.488.953	12.930.407	+12,5%	1,9%
Demais países	181.536.985	148.315.506	-18,3%	21,4%
TOTAL EXPORTADO	951.038.558	692.702.849	-27,2%	100,0%

Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins.

DISTRIBUIÇÃO MUNICIPAL DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO TOCANTINENSE

No terceiro trimestre de 2026, as exportações do agronegócio registradas nos municípios tocantinenses totalizaram US$ 587,4 milhões, uma redução de 32,0% em relação ao mesmo período de 2025. Porto Nacional liderou o ranking, com US$ 146,5 milhões, representando 24,9% do total municipal, seguido por Santa Rosa do Tocantins, Araguaína, Campos Lindos e Cariri do Tocantins. Juntos, esses cinco municípios concentraram 67,1% das exportações municipais do setor.

Os dez principais municípios responderam por 89,4% das exportações municipais do agronegócio, ante 80,4% em 2025, indicando maior concentração dos registros comerciais. Entre os municípios que apresentaram crescimento, destacaram-se Campos Lindos (+11,0%) e Lagoa da Confusão (+4,9%), enquanto os demais registraram desempenhos distintos, conforme apresentado na tabela.

Principais municípios exportadores do agronegócio tocantinense – 3º trim. de 2025 e 2026

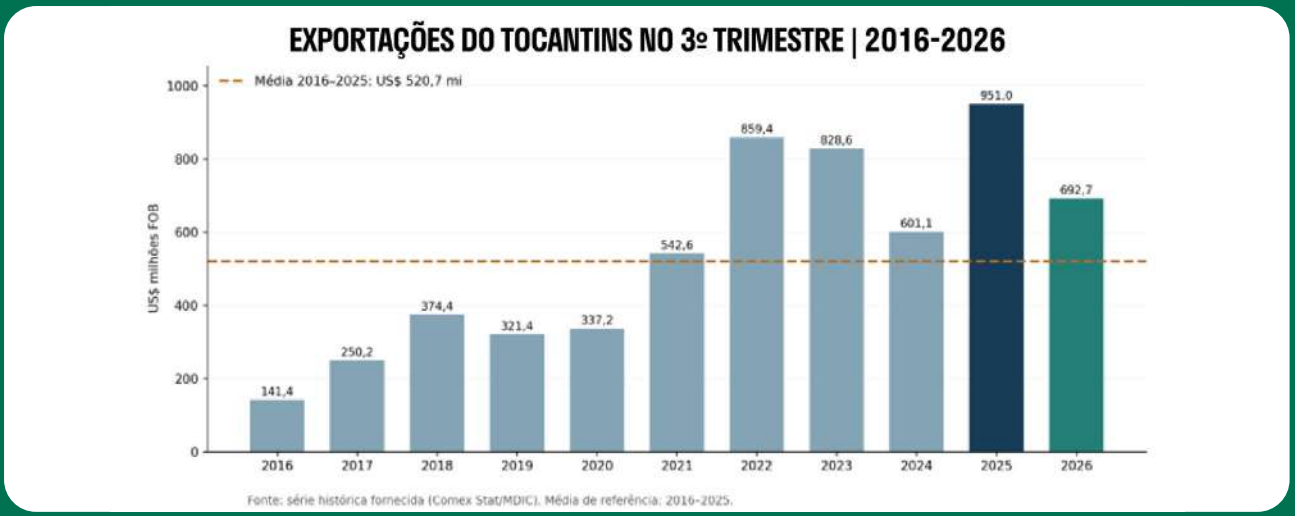
Município	3º trim. 2025 (US$ FOB)	3º trim. 2026 (US$ FOB)	Variação (%)
Porto Nacional	179,8	146,5	-18,5%
Santa Rosa do Tocantins	95,6	89,0	-6,9%
Araguaína	58,3	57,2	-2,0%
Campos Lindos	48,1	53,4	+11,0%
Cariri do Tocantins	64,9	48,3	-25,6%
Alvorada	43,2	33,9	-21,6%
Paraíso do Tocantins	61,9	31,6	-49,0%
Lagoa da Confusão	25,7	27,0	+4,9%
Guaraí	28,8	22,2	-23,1%
Palmas	88,0	15,8	-82,0%
Demais municípios	169,5	62,5	-63,1%
TOTAL MUNICIPAL	864,0	587,4	-32,0%

Fonte: Os dados municipais do Comex Stat/MDIC referem-se ao domicílio fiscal dos estabelecimentos exportadores, não representando necessariamente os municípios de origem da produção agropecuária.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS EXPORTAÇÕES

O terceiro trimestre de 2025 registrou o maior valor de exportações tocantinenses da série histórica iniciada em 2016, alcançando US$ 951,0 milhões. Embora tenha apresentado retração no mesmo período de 2026, o resultado de US$ 692,7 milhões permaneceu 33,0% acima da média histórica dos terceiros trimestres de 2016 a 2025, de US$ 520,7 milhões.

No acumulado de janeiro a setembro de 2026, as exportações alcançaram US$ 2,61 bilhões, crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, a redução observada no terceiro trimestre não anulou o crescimento registrado no acumulado do ano.



VOLUMES E VALORES MÉDIOS DAS EXPORTAÇÕES

No terceiro trimestre de 2026, as exportações do agronegócio tocantinense registraram redução de 29,6% em valor e de 36,9% em volume, passando de 1,89 milhão para 1,19 milhão de toneladas. A queda proporcionalmente maior das quantidades embarcadas indica que a retração das receitas esteve associada principalmente à diminuição dos volumes comercializados.

Entre os principais produtos, soja em grãos, carne bovina in natura e milho apresentaram redução das quantidades exportadas, apesar do aumento de seus respectivos valores médios por tonelada. Em contrapartida, os feijões secos registraram crescimento tanto em volume quanto em receita, compensando parcialmente as perdas dos demais produtos.

Variação do valor, volume e valor médio das principais exportações do agronegócio tocantinense — 3º trimestre de 2025 e 2026

Produto	Valor exportado	Volume exportado	Valor médio FOB/t
Soja em grãos	−31,5%	−36,3%	+7,6%
Carne bovina in natura	−41,6%	−47,1%	+10,3%
Milho	−51,4%	−54,4%	+6,6%

Fonte: Agrostat/MAPA. Elaboração: Sistema FAET/SENAR Tocantins.
Nota: O valor médio FOB por tonelada corresponde à divisão do valor exportado pelo peso líquido. Sua variação não representa necessariamente a variação das cotações internacionais

A retração das exportações do agronegócio tocantinense no terceiro trimestre de 2026 esteve associada, principalmente, à redução dos volumes embarcados de soja, milho e carne bovina. No caso dos grãos, esse comportamento ocorreu apesar do crescimento da produção estadual, estimado pela Conab em 12,0% para a soja e 2,2% para o milho na safra 2025/26. Esse cenário sugere que a redução dos embarques também pode estar relacionada à dinâmica de comercialização, incluindo a destinação de parte da produção ao mercado interno brasileiro e ao processamento industrial.

Em relação à carne bovina, a queda de 47,1% no volume exportado ocorreu em um contexto de restrições comerciais no mercado chinês, principal destino da carne brasileira, marcado pela aproximação do limite anual de importações estabelecido para 2026. Este cenário pode influenciou o desempenho das exportações estaduais. Assim, os resultados indicam que a retração trimestral deve ser compreendida a partir de fatores produtivos e comerciais distintos, sem representar, necessariamente, uma redução da capacidade produtiva do agronegócio tocantinense.



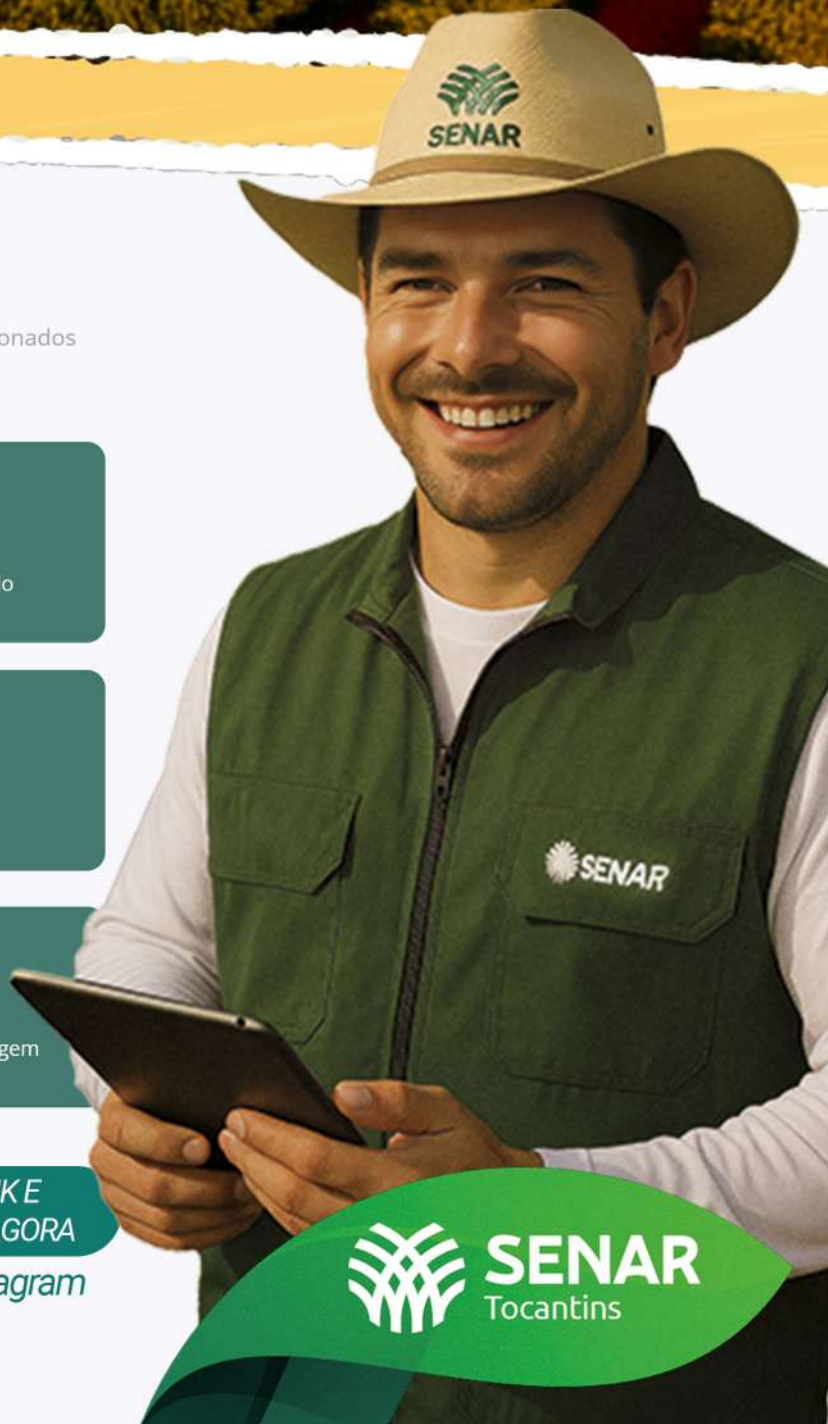
CREDENCIAMENTO ABERTO

Profissionais do Agro e da Saúde

Quem pode se credenciar?

O SENAR Tocantins busca profissionais qualificados e apaixonados pelo campo e pela saúde rural.

- Engenheiro Agrônomo
- Médico veterinário
- Técnico em Ciências Agrárias
- Enfermeiro
- Zootecnista
- Técnico de Enfermagem



*Credencie-se agora e faça parte do time **SENAR Tocantins**.*

ACESSE O LINK E CREDENCIE-SE AGORA

bit.ly/SenarInstagram

SENAR Tocantins

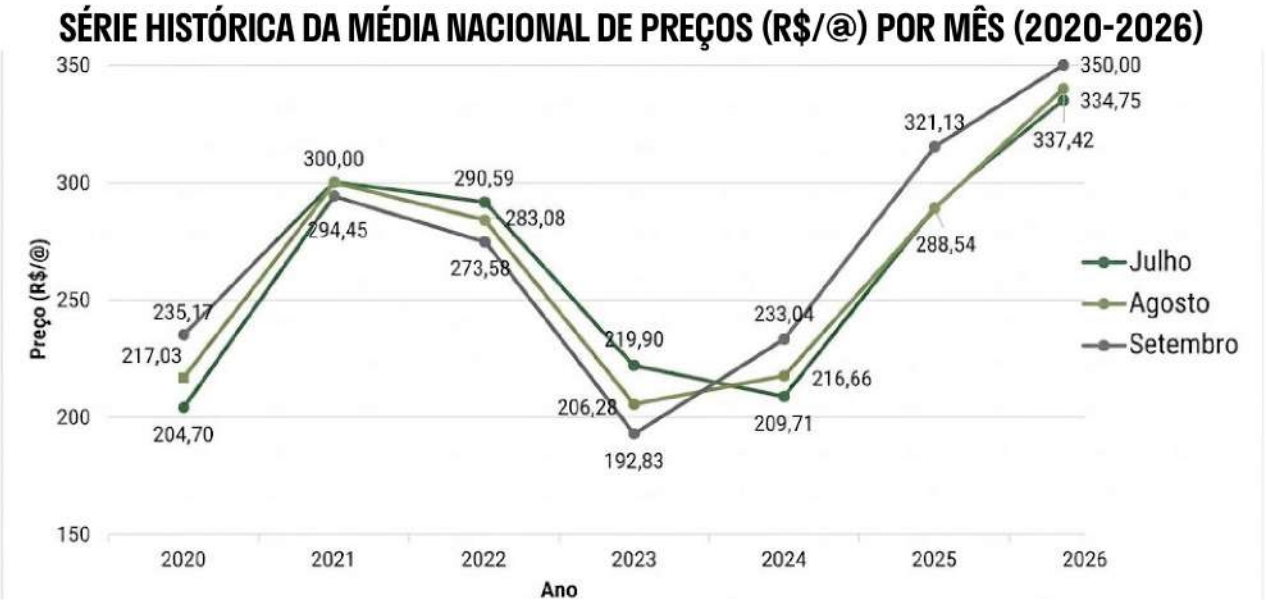
PANORAMA
AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS



BOVINOCULTURA DE CORTE

BRASIL

Entre 2021 e 2026, a pecuária brasileira transitou de uma escassez histórica de animais para a reversão total do ciclo pecuário. Se o auge de 2021 foi sustentado por matrizes retidas e forte apetite externo, o colapso de 2023 desaguou em um descarte massivo de fêmeas que comprimiu as margens do setor. Recentemente, a menor oferta de fêmeas e a retração na conversão produtiva secaram a praça de terminados. Com isso, as cotações engataram uma forte arrancada, superando o patamar de R$ 350,00 a prazo em diversas regiões neste mês de setembro. Os dados consolidados da série histórica da média nacional do boi gordo, especificamente extraídos para os meses de julho, agosto e setembro entre 2020 e 2026, demonstram a evolução estrutural dos preços.



Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ), 2026.

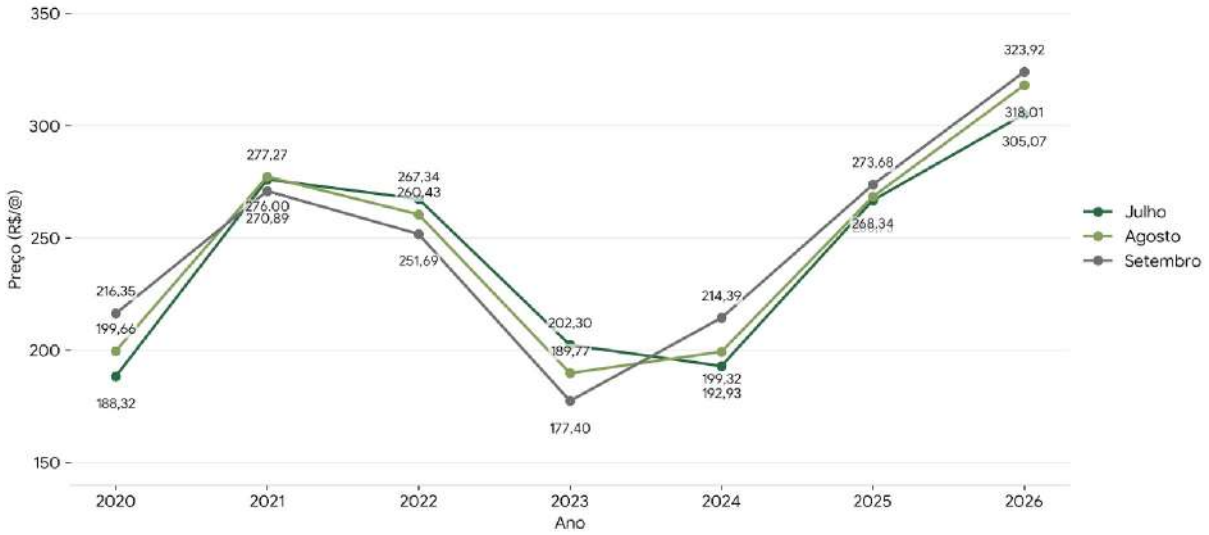
A guinada entre o piso de setembro de 2023 e o topo deste mês consolida a inversão do ciclo pecuário, impulsionada pela retenção de matrizes e pelo ritmo firme das exportações. Nesse cenário, o suporte aos preços em 2026 ganha fôlego extra com o prêmio pago pelo padrão "Boi China".

A vaca gorda cumpre um duplo papel no ecossistema pecuário: funciona como instrumento de liquidez rápida para o criador e abastece o mercado interno e nichos exportadores menos exigentes. Tradicionalmente negociada com desconto frente ao macho, essa diferença flutua conforme a fase do ciclo e a urgência da indústria por escalas.

Durante o ciclo de liquidação entre 2022 e 2023, o spread entre as categorias ampliou-se expressivamente. A abundância de matrizes descartadas deu aos frigoríficos ampla margem de barganha para preencher os abates a custos deprimidos. O quadro mudou radicalmente em 2025 e acentuou-se em 2026. A prioridade dada à retenção de fêmeas para capitalizar sobre a alta do bezerro esvaziou a oferta de vacas prontas, forçando a indústria a elevar as cotações e comprimindo visivelmente a diferença de preço em relação ao boi gordo.

O gráfico que se segue apresenta o comportamento dos preços médios nacionais da vaca gorda ao longo dos mesmos meses e anos, refletindo as flutuações e o aperto na oferta de fêmeas para abate:

SÉRIE HISTÓRICA DA MÉDIA NACIONAL DE PREÇOS (R$/@) POR MÊS (2020-2026)

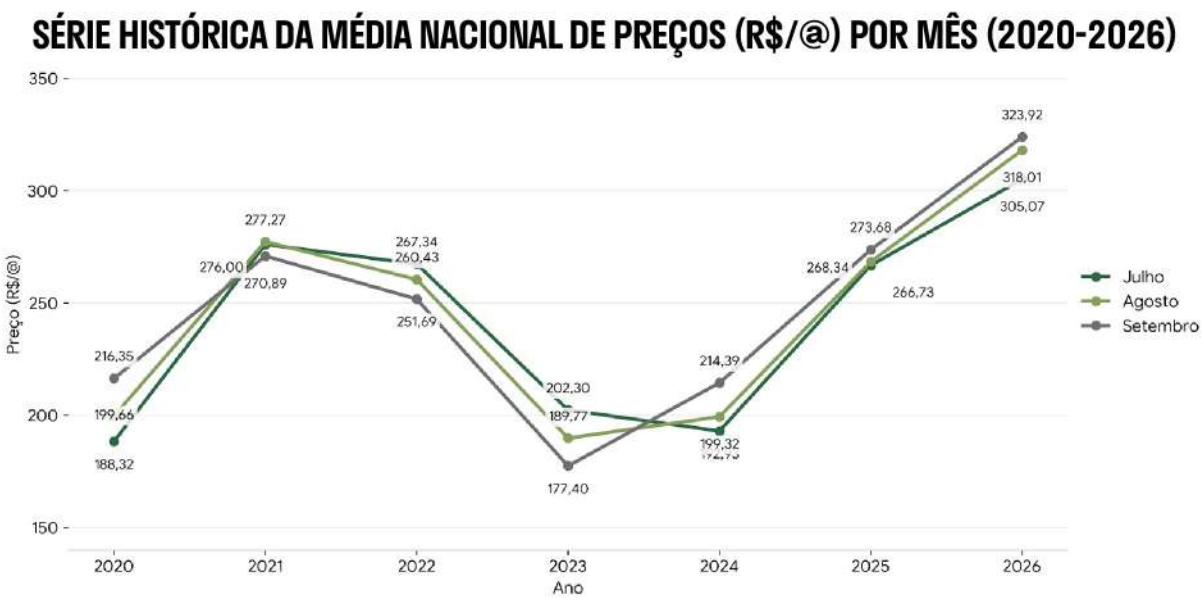


Fonte: CEPEA/ESALQ, 2026.

TOCANTINS

Recentemente, a menor oferta de fêmeas e a retração na conversão produtiva secaram a praça de animais terminados, impulsionando as cotações para além de R$ 350,00 a prazo em diversas regiões neste mês de setembro.

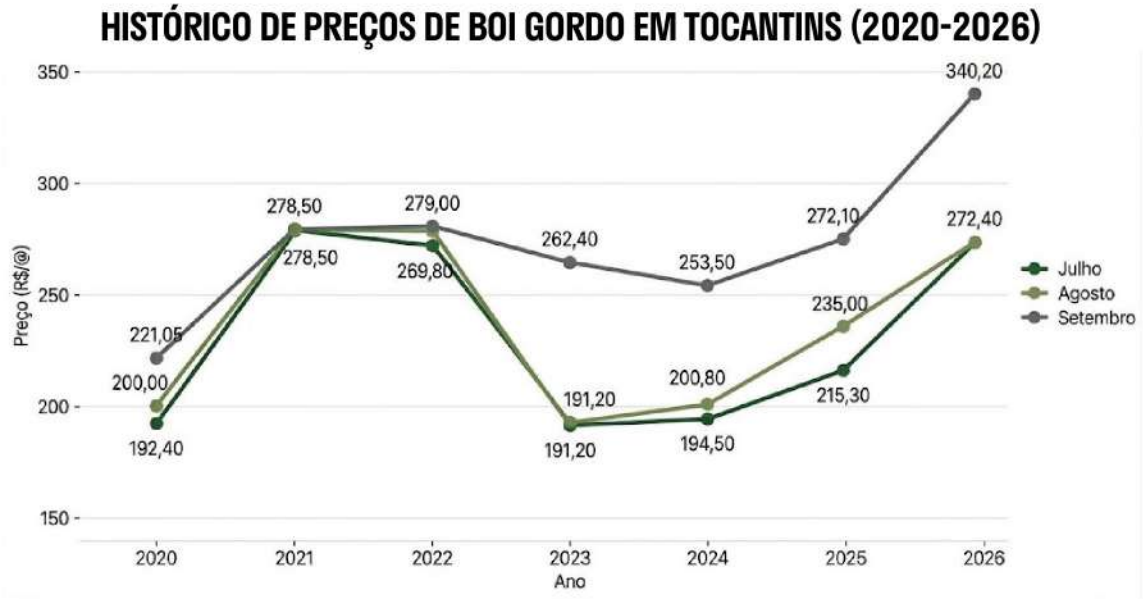
A evolução temporal dos preços da reposição no Brasil, utilizando a base consolidada e indicadores primários como referência balizadora (R$/cabeça), é apresentada a seguir.



Fonte: CEPEA/ESALQ, 2026

O diferencial de base do boi gordo no Tocantins reflete tradicionalmente um deságio frente a São Paulo, motivado por custos logísticos, tributação interestadual e pela distância dos grandes centros de consumo e portos exportadores. Historicamente, essa margem no norte do estado oscilava entre 7,3% e 8,4% de desconto sobre a referência paulista.

No entanto, a expansão da habilitação sanitária das plantas frigoríficas locais para o mercado externo atenuou essa diferença. A disputa acirrada pela originação do padrão exportador reduziu sensivelmente o deságio histórico. Em setembro de 2026, por exemplo, os contratos para animais voltados à exportação no Tocantins alcançaram R$ 345,00 por arroba a prazo, ao passo que o boi comum negociado à vista sustentou-se firmemente entre R$ 336,50 e R$ 344,40 por arroba. A série histórica para o mercado tocantinense de boi gordo, estruturada para refletir o comportamento durante os meses de entressafra e considerando a fusão das realidades do Norte e do Sul do estado, é reportada a seguir:

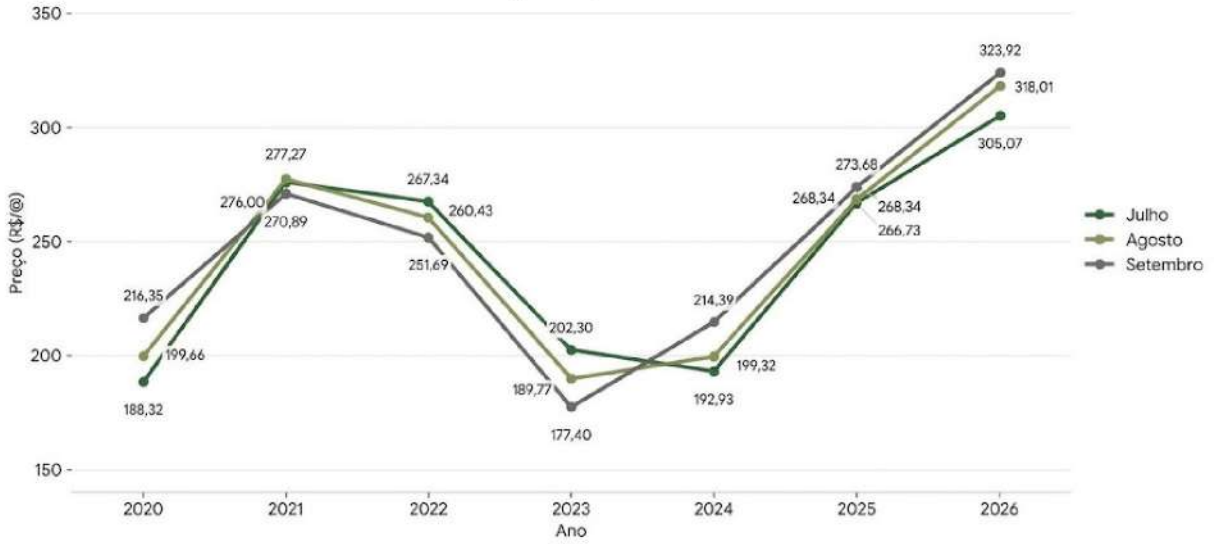


Fonte: Scot Consultoria

No Tocantins, o mercado de fêmeas acompanha as tendências gerais dos machos, mas sofre oscilações sazonais mais intensas devido às particularidades produtivas da região. Entre julho e agosto, período em que as pastagens do Cerrado enfrentam estresse hídrico e perda nutricional, produtores menores e desprovidos de estrutura para suplementação alimentar costumam liquidar matrizes menos produtivas para aliviar a lotação dos pastos. Essa dinâmica pontual tradicionalmente pressiona para baixo as cotações da vaca gorda.

A conjuntura de 2026, contudo, desenvolveu-se sob uma lógica oposta, dominada pela retenção intensa de matrizes. Os dados históricos consolidados para a vaca gorda nas praças do estado do Tocantins evidenciam o forte choque de oferta que se instalou a partir de 2025:

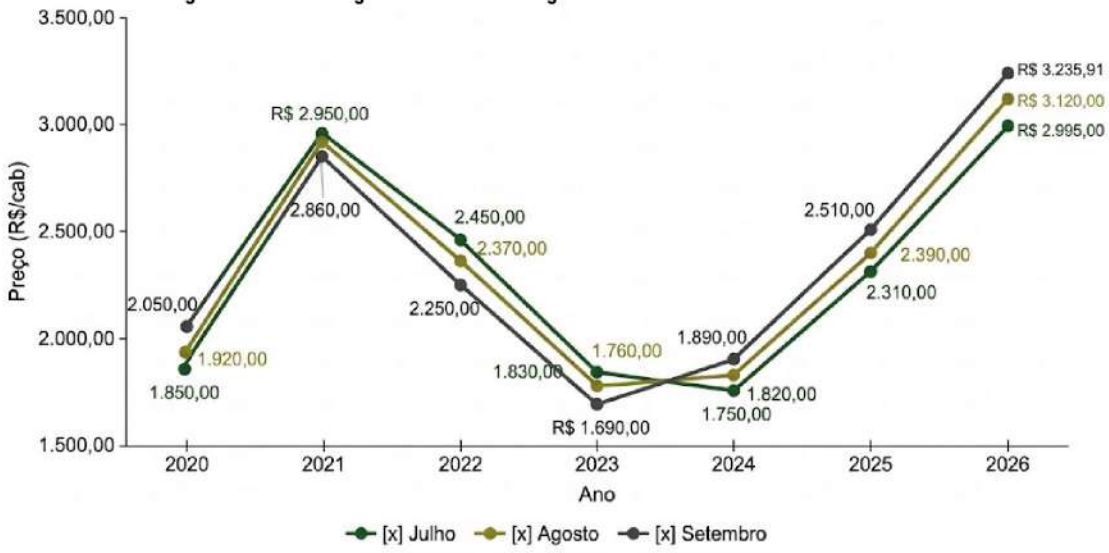
SÉRIE HISTÓRICA DA MÉDICA DE PREÇO (R$/@) POR MÊS (2020-2026) NO TOCANTINS



Fonte: Scot Consultoria

Em função do ciclo pecuário, o encarecimento da reposição também é observado no Tocantins.A série temporal associada à reposição no Tocantins (estabelecendo como base comparativa o macho de 12 meses nos meses sob análise) demonstra a espiral inflacionária que varreu o mercado dos animais jovens:

EVOLUÇÃO DO PREÇO DE REPOSIÇÃO EM TOCANTINS (2020-2026)



Fonte: Scot Consultoria

A necessidade de desembolsar entre 9,45 e 9,59 arrobas de boi gordo para adquirir um bezerro desmamado no Tocantins coloca o invernista em um cenário de risco assimétrico severo. Sabendo que o animal na desmama pesa entre 6,5 e 7 arrobas físicas, o produtor acaba comprando arrobas virtuais embutidas com um ágio desproporcional frente ao valor que a indústria frigorífica pagará na liquidação do lote terminado.

Esse descompasso demonstra que a lucratividade na atividade de recria e engorda não surge da simples comercialização do animal jovem, mas da eficiência nutricional e biológica. A margem de lucro operacional depende inteiramente da habilidade de agregar peso em escala com conversão alimentar otimizada. Fazendas sem infraestrutura para baratear o custo da dieta por meio da aquisição antecipada de insumos como milho safrinha e farelo de soja operam permanentemente no limite, comprometendo a saúde financeira do negócio.

Arrobas de Boi Gordo necessárias para a aquisição no Tocantins (2026)

Categoria Biológica (Reposição)	Relação de Troca Julho 2026	Relação de Troca Setembro 2026
Boi Magro (Aprox. 375 kg / 12,5@)	13,66 arrobas	14,02 arrobas
Garrote (Aprox. 300 kg / 10@)	11,94 arrobas	11,95 arrobas
Bezerro de Ano (Aprox. 12 meses)	10,51 arrobas	10,80 arrobas (estimada)
Bezerro de Desmama (Aprox. 8 meses)	9,27 arrobas	9,45 a 9,59 arrobas
Novilha de Reposição	9,65 arrobas	9,85 arrobas (estimada)

Fontes consultadas: CEPEA/ESALQ; SCOT CONSULTORIA; IBGE



BOVINOCULTURA DE LEITE

ÍNDICE DE CAPTAÇÃO DE LEITE (ICAP-L/CEPEA)

Em nível nacional, o ICAP-L/Cepea registrou alta de 3,86% na Média Brasil entre julho e agosto. A recuperação da produção no Sul puxou esse crescimento e reduziu a disputa das indústrias pela matéria-prima.

Antes disso, o IBGE apontava 6,61 bilhões de litros captados no segundo trimestre. O volume representou avanço de 1,0% na comparação anual, mas com queda de 2,5% frente ao período anterior.

O salto medido pelo Cepea freou essa retração. Com isso, a oferta ganhou tração e manteve a disponibilidade de leite alta ao longo de setembro.

PREÇO PAGO AO PRODUTOR

Em julho, a remuneração média nacional situou-se em patamares elevados, beneficiada pela escassez de leite cru nas bacias do Brasil Central e pela sustentação dos derivados lácteos no atacado. O preço líquido médio da **"Média Brasil"**

apurado pelo Cepea alcançou **R$ 2,89** por litro em julho, valor que representou uma **valorização de 4,9% em relação ao mês anterior** e **um crescimento de 10,0% frente a julho do ano antecedente**.

Em agosto, os preços ao produtor registraram estabilidade com leve viés de alta. A Média Brasil líquida do Cepea fechou a **R$ 2,8869** por litro, **subindo 0,7% sobre julho** e **acumulando alta real de 9,18% em 12 meses**.

Dois fatores sustentaram esse patamar: estoques industriais baixos e reajustes no atacado, onde o leite UHT avançou 4,65% e o leite em pó subiu 1,80% na praça paulista.

Apesar disso, as margens no campo pioraram. **O Custo Operacional Efetivo da atividade cresceu 0,63% no mês**, puxado por uma alta de 1,2% nos concentrados de milho e farelo de soja.

A dinâmica de setembro consolidou o movimento baixista no mercado lácteo nacional. O aumento das entregas nas indústrias sulistas, a entrada expressiva de derivados importados e a desaceleração do consumo final eliminaram a sustentação dos preços no campo, com retrações confirmadas pelos Conseleite: no Rio Grande do Sul, o valor de referência recuou 0,90% e ficou em R$ 2,3910 por litro; no Paraná, o preço médio ajustou-se para cerca de R$ 2,83 por litro; e em Minas Gerais, a indicação paritária projetou desvalorização de 1,8%.

Praça de Comercialização	Tipologia de Qualidade	Preço Mínimo (R$/L)	Preço Máximo (R$/L)	Média Regional (R$/L)
Brasil (Média Nacional Líquida)	Média Brasil	-	-	R$ 2,89 (Jul) / R$ 2,8869 (Ago)
Tocantins (Média Estadual)	Leite Padrão	1.800	2.481	R$ 2,069
Goiás (Goiânia)	Leite Padrão	1.950	3.280	9,4%
Minas Gerais (Sul de Minas)	Padrão / Qualidade	1.800	3.406	4,7%
São Paulo (Avaré)	Padrão / Qualidade	2.570	2.840	3,5%
Paraná (Maringá)	Padrão / Qualidade	1.900	3.300	2,7%

Fonte: Cepea/ESALQ, 2026; Scot Consultoria, 2026.

IMPORTAÇÃO DE LÁCTEOS

As importações de lácteos continuaram pressionando os preços internos ao longo do terceiro trimestre. Dados do MDIC, monitorados pelo CILeite/Embrapa e pelo Cepea, mostram que o Brasil importou cerca de 230 milhões de litros em equivalente-leite em julho, um dos maiores volumes da série recente. Em agosto, as compras externas oscilaram entre 224 milhões e 230,3 milhões de litros. Houve um recuo marginal de até 2,6% frente a julho, mas o salto chegou a 39,6% na comparação anual.

O leite em pó concentrou 72,3% desse volume em agosto, somando 166,58 milhões de litros, o que representou alta de 0,99% sobre o mês anterior. Argentina e Uruguai lideraram os envios. Beneficiados pela isenção tarifária do Mercosul e por custos internos menores, os dois países mantiveram o fluxo competitivo para o mercado brasileiro.

FONTES:

CEPEA/ESALQ, 2026; SCOT CONSULTORIA, 2026; Sistema Brasileiro do Agronegócio, 2026; CONSELEITE RS, 2026; CONSELEITE MG, 2026; CONSELEITE PR, 2026.



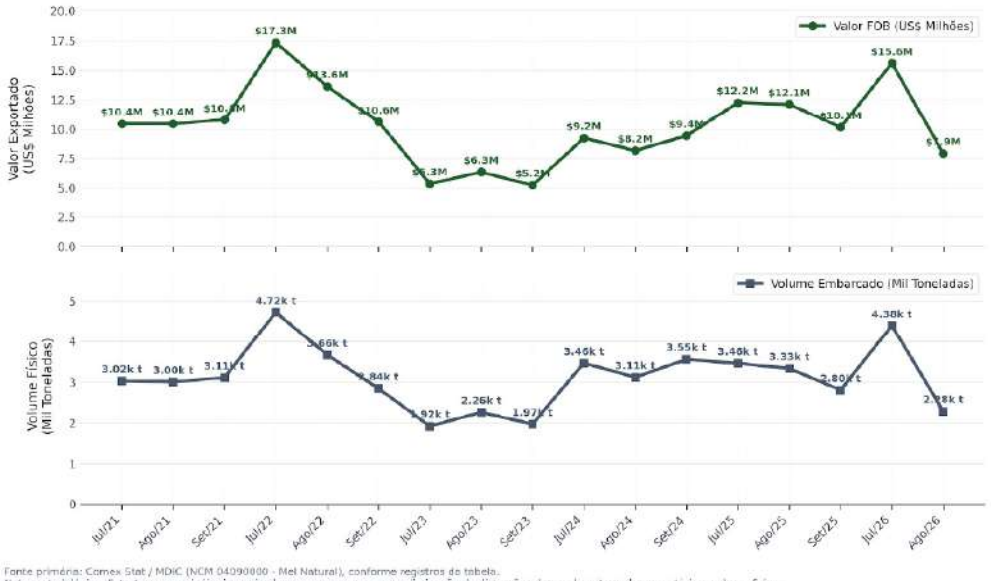
APICULTURA

Os dados de exportação de mel natural entre 2021 e 2026 desenham um ciclo nítido de expansão, quebra de mercado e recuperação. Em 2021, o setor manteve estabilidade técnica. Os embarques mensais de julho a setembro giraram em torno de 3 mil toneladas, gerando receitas próximas a 10,5 milhões de dólares por mês, sob um preço médio firme de 3,46 dólares por quilo. O pico histórico ocorreu em julho de 2022. O país exportou 4,72 mil toneladas e faturou 17,3 milhões de dólares em trinta dias. Foi o ápice de volume e rentabilidade da série, com o quilo negociado a 3,67 dólares. O ritmo, contudo, não se sustentou. Em 2023, o mercado desabou. O volume mensal caiu para o patamar de 1,9 a 2,2 mil toneladas, e o faturamento despencou para cerca de 5 a 6 milhões de dólares. Além da retração física de quase metade dos embarques, o preço internacional cedeu para a faixa de 2,65 a 2,80 dólares por quilo, corroendo a margem dos entrepostos.

A reação começou em 2024. O volume físico retornou rapidamente para a casa de 3,1 a 3,5 mil toneladas mensais, embora as cotações internacionais tenham permanecido deprimidas em torno de 2,64 dólares por quilo, segurando a receita em patamares intermediários. Já em 2025, o preço unitário reagiu para 3,60 dólares por quilo, devolvendo faturamentos mensais superiores a 12 milhões de dólares.

Os registros de 2026 consolidam esse padrão sazonal. Julho voltou a registrar forte concentração de entregas com 4,38 mil toneladas e 15,6 milhões de dólares arrecadados, enquanto agosto ajustou o fluxo para 2,28 mil toneladas e 7,9 milhões de dólares, mantendo a remuneração média estável em 3,47 dólares por quilo.

LINHA DO TEMPO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL (NCM 04090000)
SÉRIE HISTÓRICA DOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO (2021 A 2026)



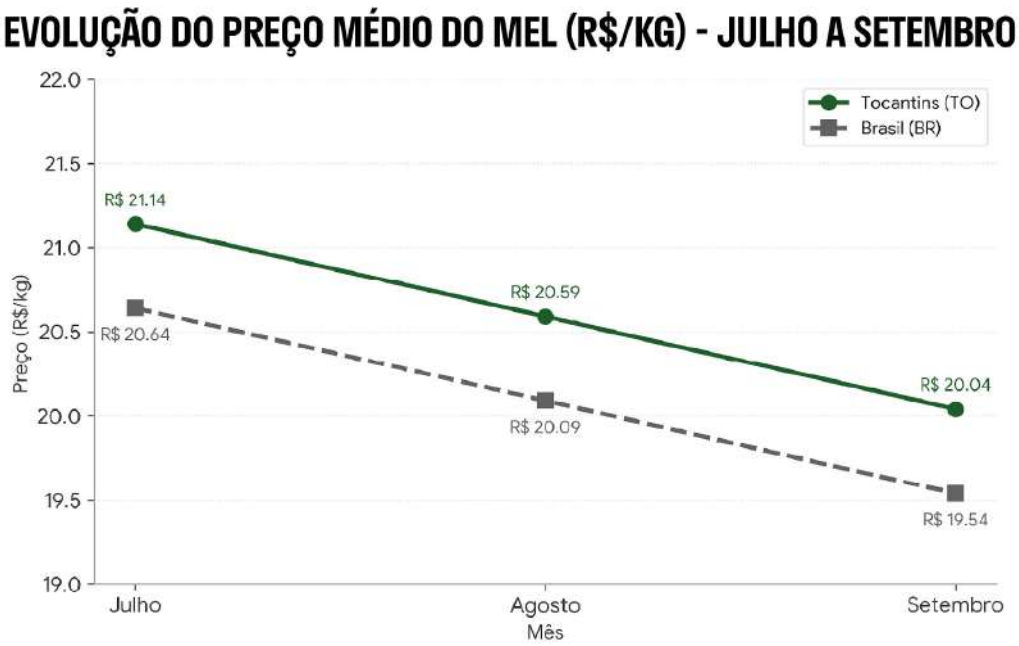
Fonte primária: Comex Stat / MDIC (NCM 04090000 - Mel Natural), conforme registros da tabela.
Nota metodológica: Estrutura em painéis sincronizados com marco zero para eliminação de distorções de escala entre valor monetário e volume físico.

Fonte: Comex Stat/MDIC, 2026.

O mercado de mel registrou desvalorização gradual entre julho e setembro. No Tocantins, a cotação média por quilo começou em R$ 21,14, recuou para R$ 20,59 no mês seguinte e encerrou o período a R$ 20,04. O indicador nacional seguiu a mesma trajetória. O preço médio no Brasil caiu de R$ 20,64 para R$ 20,09 antes de bater R$ 19,54 em setembro. Apesar das baixas sucessivas em ambos os cenários, o produto tocantinense sustentou um prêmio de R$ 0,50 por quilo frente à média do país ao longo de todo o trimestre analisado.

FONTES:

COMEX STAT/MDIC, 2026; FIPMEL, 2026.



Fonte: FIPMEL, 2026.

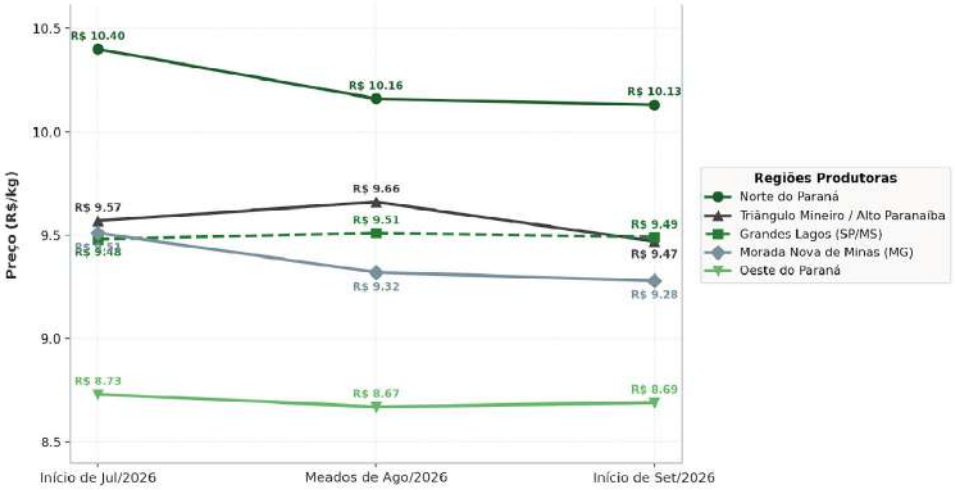


PISCICULTURA

COTAÇÕES AO PRODUTOR NO MERCADO INTERNO

A evolução dos preços pagos pela tilápia ao piscicultor independente sofreu desvalorização entre o final do primeiro semestre e meados de agosto, alcançando estabilidade nos primeiros dias de setembro. Esse movimento de baixa decorreu da sazonalidade climática característica do período.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS POR REGIÃO PRODUTORA (INDICADOR CEPEA / PEIXE BR)



Fonte:CEPEA/ESALQ, 2026.

COMÉRCIO EXTERIOR

Durante o terceiro trimestre, o fluxo exportador esteve submetido a volatilidades contratuais. Em decorrência de investigações conduzidas pelo Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) sob a Seção 301 e de discussões regulatórias bilaterais, incidiram tarifas e custos alfandegários da ordem de 12,5% a 25% sobre derivados brasileiros. A aplicação de tarifas pontuais provocou renegociações de fretes e direcionamento forçado de lotes excedentes para o consumo doméstico.

No que tange à importação, até agosto, o Brasil importou 4.892 toneladas líquidas, ante 1.407 toneladas verificadas em igual intervalo de 2025, o que configura uma expansão de 3,5 vezes (+247%).

NOVIDADE NO PLANO SAFRA 2026/2027

O Pronaf Azul, novidade do Plano Safra 2026/2027, reúne três linhas de crédito do Pronaf (B, Custeio e Mais Alimentos) que atendem pescadores artesanais e aquicultores familiares. Não é um programa novo.

Segundo o MPA, os juros vão de 0,5% ao ano no microcrédito (até R$ 12 mil) a 2% ao ano no Custeio e no Mais Alimentos, com limite de até R$ 250 mil e prazo de até 10 anos para investimentos.

FONTES:

CEPEA/ESALQ, 2026; PEIXE BR, 2026; FEEDFOOD, 2026; EXAME, 2026; MDA, 2026; CIAqui, 2026; COMEX STAT/MDIC, 2026.



AVICULTURA

PREÇOS NO MERCADO INTERNO: FRANGO E OVOS

Em julho, as cotações da carne de frango recuaram, pressionadas pela menor demanda interna durante as férias escolares e pela redução nas compras da alimentação institucional. No atacado paulista, o **frango congelado** encerrou o

dia 30 a **R$ 7,14/kg**, acumulando **queda de 1,65% no mês**, enquanto o **resfriado** fechou a **R$ 7,16/kg**, **baixa de 1,38%. No campo**, o **quilo do frango vivo** nas regiões Sul e Sudeste, considerando integrações e mercado independente, oscilou entre **R$ 4,70 e R$ 4,77**.

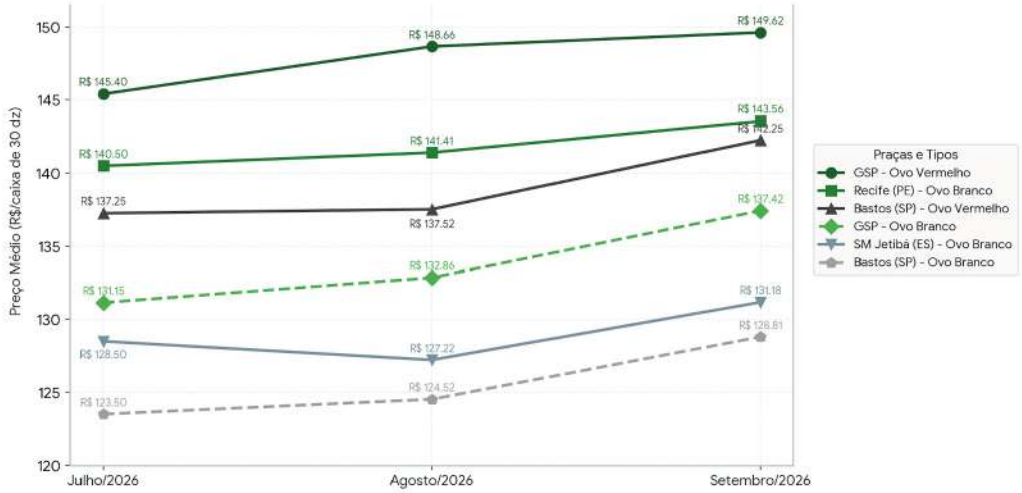
Durante **agosto**, o **frango resfriado** e o **congelado** no atacado paulista avançaram para a faixa de **R$ 7,40/kg** a **R$ 7,80/kg**. As cotações do **animal vivo** no Paraná e em Santa Catarina mantiveram-se firmes entre **R$ 4,76/kg** e **R$ 4,85/kg**.

Em setembro, no atacado paulista, o frango congelado saltou de R$ 7,76/kg no dia 11 de setembro para R$ 8,32–R$ 8,33/kg no dia 17 de setembro, encerrando o período entre R$ 8,31 e R$ 8,32/kg, acumulando alta de 13,66% no mês. O preço do frango resfriado também sofreu alta de 14,54%. No mercado de frango vivo, a cotação média atingiu R$ 4,80/kg no Paraná, R$ 4,76/kg em Santa Catarina e R$ 5,70/kg para o animal posto nas granjas do interior de São Paulo.

O mercado de ovos de consumo acompanhou a demanda ao longo do trimestre. Na primeira quinzena de julho, o menor volume de vendas reduziu a diferença de preço entre as variedades para R$ 15,22 por caixa de 30 dúzias, o que representou retração de 38,6%. No período, o ovo branco foi negociado entre R$ 123,00 e R$ 130,00 por caixa nos entrepostos.

Em agosto, as cotações elevarm na Grande São Paulo e em Bastos (SP). A caixa de ovo branco passou para a faixa de R$ 124,50 a R$ 133,20, enquanto a de ovo vermelho variou de R$ 137,50 a R$ 148,20. Em setembro, os preços se sustentaram até o dia 24, registrando as seguintes cotações no atacado:

LINHA DO TEMPO: COTAÇÕES MÉDIAS DE OVOS DE CONSUMO (CX 30DZ)
JULHO A SETEMBRO DE 2026



CUSTO DE PRODUÇÃO

O **Índice de Custo de Produção do Frango de Corte** (ICPFrango), calculado pela Central de Inteligência de Aves e Suínos da Embrapa (CIAS/Embrapa Suínos e Aves), atingiu 369,20 pontos em julho. O resultado representou uma **alta mensal de 1,39%,** acumulando avanços de 2,50% no ano e de 3,76% em 12 meses. No Paraná, referência nacional para o sistema integrado com aviários climatizados de pressão negativa, o custo do quilo vivo subiu para R$ 4,77. A **ração** concentrou **62,51% das despesas totais** após subir 1,67% no mês. A compra de pintos de um dia respondeu por 19,83%, crescendo 1,40%. Os demais itens somaram fatias menores: mão de obra (4,68%), custo de capital (4,02%), depreciação (2,59%) e energia com aquecimento (2,47%). Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o quilo vivo variou de R$ 4,89 a R$ 5,15.

Em **agosto**, o **índice subiu 1,56%** e chegou a 374,97 pontos. Esse avanço refletiu diretamente a valorização dos **insumos energéticos e proteicos** da ração, que encareceram entre **0,98% e 1,60%**.

Em setembro, os custos estabilizaram num patamar alto. Em Campinas (SP), a saca de 60 kg de milho oscilou entre R$ 69,50 e R$ 69,81. No Paraná, a saca de soja e farelo manteve-se firme entre R$ 155,10 e R$ 161,84. A recuperação das cotações no atacado ao longo do mês absorveu essa pressão e aumentou as margens das agroindústrias.

FONTE:

CEPEA/ESALQ, 2026; EMBRAPA, 2026; FEEDFOOD, 2026.



ESPECIAL - EXPORTAÇÃO À UNIÃO EUROPEIA

As relações comerciais agropecuárias entre o Brasil e a União Europeia são marcadas por barreiras técnicas e cotas rígidas, como a Cota Hilton para a carne bovina e os embargos sanitários de 2018 que reduziram em cerca de 40% os embarques de frango ao bloco europeu.

Em setembro de 2026, entrou em vigor uma nova suspensão das exportações brasileiras de carnes, mel, pescado e ovos para os 27 países da UE. A medida decorreu da exigência de comprovação documental sobre o controle de substâncias antimicrobianas, alinhada às políticas europeias contra a resistência bacteriana.

O governo brasileiro respondeu com protocolos específicos para as cadeias de frango e mel, inspecionadas por auditores europeus entre agosto e setembro no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul. A carne bovina ficou de fora dessa rodada em razão do ciclo produtivo mais longo. Para a avicultura, apresentou-se uma estrutura adicional de rastreabilidade fabril; para o mel, comprovou-se a inexistência de registros de antimicrobianos autorizados no país.

A União Europeia sinalizou aceitação técnica dos protocolos apresentados para aves e mel. Essa validação documental, no entanto, não representa a reabertura imediata do mercado, pois a decisão final depende do voto formal dos Estados-membros em outubro. Mesmo com o bloqueio europeu, as exportações totais de frango do Brasil avançaram mais de 15% de janeiro a agosto, embora o impasse mantenha em aberto os termos do Acordo Mercosul-UE, que projeta uma cota anual de 180 mil toneladas para a proteína avícola.

FONTES:

MAPA, 2026; COMISSÃO EUROPEIA, 2026.

FAET
SENAR
IFAET
SINDICATOS

2026

O FUTURO SE FAZ NO CAMPO

www.sistemafaetsenar.org.br
/sistemaFAET
/senar.to





FECHAMENTO DA SAFRA 2025/2026 E TRANSIÇÃO PARA O CICLO 2026/2027 NO TOCANTINS

O terceiro trimestre de 2026 marcou o encerramento da safra de grãos 2025/2026 no Tocantins. Entre julho e setembro foram concluídas as colheitas do milho segunda safra, do algodão e do feijão de sequeiro, enquanto as áreas irrigadas das várzeas seguiram em produção. O período terminou com o fim do vazio sanitário da soja em 30 de setembro e a abertura da janela de semeadura do ciclo 2026/2027 em 1º de outubro, sob a vigência de um El Niño de intensidade elevada.

O balanço final da Companhia Nacional de Abastecimento confirma que o estado fecha o ciclo com crescimento de área, de produtividade e de produção acima da média nacional, ainda que com volume total inferior ao projetado no primeiro semestre. A transição para a nova safra exige do produtor atenção ao calendário fitossanitário, ao risco climático e à alta dos custos de produção.

1. BALANÇO FINAL DA SAFRA 2025/2026

O 12º e último levantamento da Conab para a safra 2025/2026, divulgado em 15 de setembro, estima a produção de grãos do Tocantins em 9.729,5 mil toneladas, alta de 6,1% sobre o ciclo anterior. A área cultivada chegou a 2.505,5 mil hectares (+4,0%) e a produtividade média a 3.883 kg/ha (+2,0%).

Indicador	Safra 2024/25	Safra 2025/26	Variação
Tocantins			
Área (mil ha)	2.408,6	2.505,5	+4,0%
Produtividade (kg/ha)	3.808	3.883	+2,0%
Produção (mil t)	9.172,1	9.729,5	+6,1%
Brasil			
Área (mil ha)	82.028,6	83.450,5	+1,7%
Produtividade (kg/ha)	4.297	4.335	+0,9%
Produção (mil t)	352.477,5	361.717,5	+2,6%

Fonte: Conab, 12º Levantamento da Safra 2025/26 (setembro de 2026).

O crescimento da produção tocantinense (6,1%) foi mais que o dobro do registrado no país (2,6%). O estado respondeu por cerca de 40% dos grãos colhidos na Região Norte, que somou 24.372,9 mil toneladas, e por 2,7% da produção nacional.

Vale registrar que o volume final ficou abaixo da estimativa de março (9.918,5 mil toneladas, 6º levantamento), citada no boletim do 1º trimestre. A diferença de cerca de 189 mil toneladas reflete principalmente o ajuste da segunda safra, cuja janela de plantio foi comprimida pelo atraso da soja, e as perdas por restrição hídrica no final do ciclo de culturas como o sorgo e o feijão de sequeiro.

No cenário nacional, a safra 2025/2026 é a maior da série histórica, com 361,7 milhões de toneladas. Soja, algodão e milho primeira safra registraram recordes:

Cultura (Brasil)	Produção 2024/25 (mil t)	Produção 2025/26 (mil t)	Variação
Soja	171.480,5	180.406,6	+5,2%
Milho total	141.157,6	144.009,6	+2,0%
Milho 1ª safra	24.935,8	29.487,8	+18,3%
Milho 2ª safra	9.172,1	112.130,8	-1,0%
Sorgo	113.228,4	7.348,0	+20,4%
Algodão em pluma	4.081,5	4.143,8	+1,5%
Arroz	12.757,7	11.076,2	-13,2%
Feijão total	3.059,9	2.950,0	-3,6%

Fonte: Conab, 12º Levantamento da Safra 2025/26 (setembro de 2026).

2. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DO TRIMESTRE E EL NIÑO

O trimestre seguiu o padrão típico da estação seca no Tocantins. Em julho, o Boletim de Monitoramento Agrícola da Conab e do Inmet registrou tempo seco no Matopiba, condição que favoreceu a maturação e a colheita do algodão e do milho segunda safra.

Em agosto, os acumulados de chuva ficaram abaixo de 40 mm em praticamente todo o estado, com redução do armazenamento de água no solo, e as temperaturas máximas superaram 36 °C em áreas do Tocantins. O clima firme e seco facilitou as operações de colheita e o manejo da irrigação nas várzeas, mas elevou o risco de incêndios em áreas de vegetação nativa e pastagens.

EL NIÑO 2026/2027: O QUE ESPERAR PARA O TOCANTINS

O El Niño em curso caminha para ser um dos mais intensos da série histórica. Na atualização de 8 de outubro, a NOAA, agência climática dos Estados Unidos, registrou em setembro anomalias de temperatura da superfície do Pacífico de +2,1 °C na região Niño 3.4 e de +3,9 °C na região Niño 1+2, junto à costa da América do Sul. A agência estima probabilidade próxima de 100% de persistência do fenômeno até o trimestre janeiro a março de 2027, com predominância de intensidade muito forte no verão. A volta à neutralidade só passa a ser o cenário mais provável a partir de abril a junho de 2027.



Fonte: NOAA, atualização de 8 de outubro de 2026, via Notícias Agrícolas.

No centro-norte do Brasil, o El Niño costuma reduzir as chuvas e elevar as temperaturas na primavera e no verão. O prognóstico do Inmet para setembro a novembro indica maior probabilidade de chuvas abaixo da média em parte do Tocantins, com temperaturas acima do normal. O instituto alerta que um início tardio da estação chuvosa amplia o risco de incêndios. O Painel El Niño 2026–2027, divulgado em 30 de junho por Inmet, INPE, Cemaden, ANA, SGB e Defesa Civil Nacional, já apontava o Tocantins entre os estados sob maior atenção e incluiu a bacia do rio Tocantins entre as áreas prioritárias para monitoramento hidrológico.

Os sinais chegaram ao campo no início de outubro. As chuvas de setembro reduziram o risco de queimadas no Matopiba, mas não recompuseram a umidade do solo na maior parte das áreas de sequeiro, e o Inmet manteve previsão desfavorável para a região em outubro. Ainda em agosto, a Aprosoja-TO alertava para a possibilidade de a segunda quinzena de outubro passar sem chuvas, justamente na janela considerada ideal para a semeadura da soja.

Para a agricultura tocantinense, os efeitos esperados se concentram em três pontos:

- ***Soja**: atraso no início da semeadura e risco de veranicos após o plantio, que podem comprometer a emergência e o estande e levar a replantios.*
- ***Segunda safra**: se a soja atrasar, a janela do milho e do sorgo volta a ser comprimida, como em 2025/2026, mas com risco climático maior no final do ciclo.*
- ***Florestas plantadas e áreas irrigadas**: a implantação de mudas, incluindo as unidades demonstrativas de eucalipto previstas para novembro, depende da regularização das chuvas. Nas várzeas, a disponibilidade de água nos rios usados para irrigação também merece acompanhamento.*

O último El Niño de grande intensidade, em 2015/2016, foi apontado pelo projeto Campo Futuro, da CNA e do Cepea, como principal causa das perdas de produção daquela safra, com seca no Matopiba. A diferença agora é que o produtor tem o alerta com antecedência, e as decisões de semeadura, de cultivares, de seguro e de pacote tecnológico da segunda safra podem ser tomadas considerando esse cenário.



3. DESEMPENHO DAS CULTURAS NO TRIMESTRE

MILHO SEGUNDA SAFRA

A colheita do milho segunda safra avançou ao longo de junho e julho e já superava 80% da área no estado ainda em junho, com produtividades acima das estimativas iniciais. A cultura ocupou cerca de 441,6 mil hectares no Tocantins, segundo o 8º levantamento da Conab, e a produção total de milho (primeira e segunda safras) foi estimada em aproximadamente 2,7 milhões de toneladas.

O resultado confirma o diagnóstico dos boletins anteriores: a safrinha tocantinense compensou parte da janela comprimida pelo atraso da soja com bom regime de chuvas em fevereiro e março. No país, a segunda safra fechou em 112,1 milhões de toneladas, apenas 1% abaixo do recorde

anterior, enquanto o milho primeira safra alcançou a maior produtividade média já registrada, de 7.191 kg/ha.

ALGODÃO

Agosto teve clima firme, seco e quente no Tocantins, favorável à colheita do algodão. Na primeira safra, a colheita avançava no município de Dianópolis. Na segunda safra, as operações foram concluídas em Aparecida do Rio Negro e Tocantínia e seguiam em Nova Rosalândia. A Conab ajustou para cima a área cultivada no estado e estima que cerca de metade da produção já esteja comercializada.

No Brasil, a safra de algodão é a maior da história, com 4,14 milhões de toneladas de pluma e produtividade recorde de 2.053 kg/ha. As exportações devem chegar a 3,42 milhões de toneladas em 2026, alta de 13%. Com o fim da colheita, o foco passa ao controle do bicudo-do-algodoeiro e à destruição das soqueiras, conforme a Instrução Normativa nº 5/2019 da Adapec.

FEIJÃO

O feijão-caupi de segunda safra em sequeiro teve a colheita concluída em julho, com aumento de área em relação a 2024/25. O crescimento foi estimulado pela alta recente nos preços do grão e pelo estreitamento da janela de semeadura do milho. O rendimento foi satisfatório, mas as lavouras perderam parte do potencial com o tempo seco no final do ciclo. Em junho, a Conab projetava alta de 40,6% na produção de feijão do estado.

Nas várzeas irrigadas de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão, o plantio mais tardio colocou as lavouras entre maturação, dessecação e colheita em setembro. A irrigação suplementar sustentou o potencial produtivo dessas áreas, que deve compensar parcialmente as perdas no sequeiro. O feijão de terceira safra ocorre de forma pontual, em pequena área totalmente irrigada, e se encontrava entre floração e colheita, sem prejuízos pelo calor.

ARROZ IRRIGADO

A colheita do arroz foi encerrada ainda em maio. Nas várzeas, o preparo do solo e a semeadura das culturas de segunda safra ocorreram logo em seguida, com bons rendimentos e qualidade acima de 60% de grãos inteiros. No arroz de sequeiro semeado em fevereiro, a redução das chuvas no enchimento de grãos reduziu os rendimentos.

O cenário nacional segue desfavorável ao cereal: a produção caiu 13,2%, para 11,1 milhões de toneladas, com retração de 14% na área, consequência de preços baixos ao produtor e custos de produção elevados. É o mesmo movimento observado nas várzeas tocantinenses, onde parte da área migrou para soja, milho e feijão.

SORGO

O sorgo manteve a trajetória de expansão como alternativa de sucessão à soja, com projeção de crescimento de 22,9% na produção estadual (Conab, junho). No levantamento de agosto, a Conab relatou perdas por restrição hídrica no Tocantins, assim como em Minas Gerais, Bahia e Piauí. No país, a produção cresceu 20,4%, para 7,35 milhões de toneladas, com área 32,9% maior.

DIVERSIFICAÇÃO: GERGELIM E FEIJÃO-MUNGO

O gergelim e o feijão-mungo ganharam espaço na segunda safra tocantinense como alternativas de ciclo curto voltadas à exportação. Segundo o 8º levantamento da Conab, o estado deve colher cerca de 48,5 mil toneladas de gergelim em 2025/2026, com leve redução de área, destinadas principalmente a mercados asiáticos e do Oriente Médio. No país, a cultura recuou com força: a produção caiu 44,2%, para 340,9 mil toneladas, com área 36,8% menor e produtividade 11,8% inferior à do ciclo anterior.

O feijão-mungo seguiu a direção oposta. De janeiro a julho de 2026, o Brasil exportou 177,7 mil toneladas do grão, quase o dobro das 103,3 mil toneladas do mesmo período de 2025, com a Índia como principal destino e vendas fechadas por contrato com tradings asiáticas antes da colheita. O Tocantins foi o segundo estado de origem dos embarques de feijão no período, considerando todas as variedades, com 50,1 mil toneladas (19,5% do total), atrás apenas de Mato Grosso. A venda antecipada dá previsibilidade de preço ao produtor, mas concentra a demanda em poucos compradores, fator que deve pesar na decisão de plantio da próxima segunda safra.



4. CUSTOS DE PRODUÇÃO PARA A SAFRA 2026/2027

A safra 2026/2027 começa com custos mais altos que a anterior. No primeiro semestre, as tensões no Oriente Médio elevaram o petróleo e, com ele, o diesel e os fertilizantes nitrogenados e fosfatados. Em Mato Grosso, referência para o Cerrado, o Imea (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária) estimou em abril o custo de produção da soja 2026/2027 em R$ 4.435,40 por hectare, alta de 6,98% em um mês. Fertilizantes e corretivos subiram 10,77% e passaram a responder por 46,7% do custo total, e o diesel foi de R$ 6,35 para R$ 7,21 por litro entre fevereiro e março.



Fonte: Imea, estimativa de abril de 2026 para Mato Grosso, via Notícias Agrícolas.

A relação de troca piorou no auge da alta: em março, uma tonelada de ureia custava 32 sacas de soja, contra 17 em 2025, e o MAP chegou a 39 sacas por tonelada. Em agosto houve alívio, com a soja cerca de 10% mais cara em 30 dias em Mato Grosso, a ureia 12,5% mais barata (de R$ 2.456 para R$ 2.148 por tonelada) e o sulfato de amônio 16% mais barato. Os fosfatados seguem caros, pressionados pela alta do enxofre.

No início de setembro, cerca de 90% dos fertilizantes da soja 2026/2027 já estavam comprados no país, contra 45% dos destinados ao milho segunda safra. Para

o produtor tocantinense, o custo da soja está praticamente definido, enquanto o da safrinha ainda está em negociação. Diante do risco de atraso da janela pelo El Niño, vale avaliar o pacote tecnológico da segunda safra antes de fechar as compras.

O Tocantins passou a integrar, na safra 2025/2026, a rede de custos de produção de grãos do projeto Campo Futuro, da CNA, operada pelo Cepea/Esalq-USP. A devolutiva acordada na reunião de maio, com os custos consolidados de 2025/2026 e a perspectiva para 2026/2027, dará ao estado uma referência própria e comparável nacionalmente, sem depender dos números de Mato Grosso.

5. TRANSIÇÃO PARA A SAFRA 2026/2027

VAZIO SANITÁRIO E JANELA DE SEMEADURA DA SOJA

O vazio sanitário da soja no Tocantins vigorou de 1º de julho a 30 de setembro. A janela de semeadura da safra 2026/2027 foi aberta em 1º de outubro de 2026 e vai até 15 de janeiro de 2027. O produtor deve cadastrar as áreas cultivadas na Adapec em até cinco dias úteis após o fim da janela, pelo portal servicos.to.gov.br, com entrega da documentação em qualquer unidade da agência. O cadastro é a base do monitoramento da ferrugem-asiática. Na safra 2025/2026 foram cadastrados 1.503.750 hectares em 2.826 propriedades.



INFORME SETORIAL

Os Informes Setoriais reúnem a participação institucional da FAET em reuniões, oficinas, comissões e conselhos estratégicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Esses relatos detalham as principais pautas discutidas, deliberações tomadas e posicionamentos técnicos defendidos pela entidade, oferecendo uma visão atualizada sobre temas relevantes ao agronegócio, como políticas públicas, legislação, infraestrutura, sustentabilidade e representatividade rural. São registros que fortalecem a transparência e demonstram o compromisso da FAET com o desenvolvimento do setor produtivo tocantinense.

02 JULHO 16 SETEMBRO — 31ª, 32ª Reunião Extraordinária e 83ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA/TO

A FAET participou da nova composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente para o biênio 2026/2028, ampliando sua representação institucional ao integrar as Câmaras Técnicas de Assuntos Jurídicos, Florestas, ICMS Ecológico e Licenciamento e Qualidade Ambiental. A Federação destacou a importância da presença do setor produtivo rural nesses espaços, especialmente nas discussões relacionadas à gestão florestal, ao licenciamento ambiental, ao ICMS Ecológico e à segurança jurídica das normas ambientais.

Na análise da regulamentação da bovinocultura intensiva, a FAET defendeu maior participação do setor produtivo na construção da norma e o aprofundamento dos critérios técnicos adotados, especialmente quanto aos possíveis impactos sobre empreendimentos de menor porte. A Federação manifestou ressalvas ao texto apresentado e não acompanhou sua aprovação na forma proposta. Ainda assim, a matéria foi submetida à deliberação do Conselho e a resolução acabou aprovada pela maioria dos membros.

Também foram aprovadas a regulamentação da Autorização de Exploração Florestal, em adequação à Resolução CONAMA nº 510/2025, e alterações na Resolução COEMA nº 140/2025. A alteração da resolução retira da etapa de validação ambiental a análise da titularidade fundiária do imóvel, concentrando o procedimento na verificação de APP, Reserva Legal, áreas consolidadas, cobertura vegetal e demais aspectos ambientais, com o objetivo de dar maior celeridade à análise dos cadastros.

Outro destaque foi a criação da Câmara Técnica Temporária de Manejo Integrado do Fogo. A FAET apoiou a iniciativa, apresentou sua atuação técnica na orientação aos produtores rurais e foi eleita para integrar a nova Câmara, reforçando sua participação nas discussões sobre prevenção, manejo e resposta aos incêndios florestais.

O COEMA também apreciou o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais do Tocantins, PPCDIF/TO 2026-2030, que reúne ações relacionadas ao ordenamento ambiental, produção sustentável, manejo integrado do fogo, fiscalização e governança. A proposta prevê posterior publicação e implementação pelo Estado, consolidando diretrizes para a prevenção do desmatamento e dos incêndios florestais no Tocantins.

03 JULHO — Cerimônia de Posse do Gestor do Núcleo MATOPIBA



A FAET participou da cerimônia de posse de Fernando de Camargo Penteado como gestor do Núcleo MATOPIBA no Tocantins, realizada na Superintendência Federal de Agricultura, em Palmas. O Núcleo tem a finalidade de apoiar a implementação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do MATOPIBA, promovendo a articulação de demandas e políticas voltadas ao desenvolvimento da agropecuária nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Durante a solenidade, a representação da FAET destacou a importância do Núcleo como instrumento de articulação para o desenvolvimento regional e colocou a Federação à disposição para contribuir na construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do MATOPIBA. A FAET também ressaltou a importância do diálogo e da integração entre as federações de agricultura dos quatro estados, visando ampliar a representação do setor produtivo e a construção conjunta de soluções para os desafios da região.

03 JULHO — Reunião sobre metodologia de coleta de dados com Diretoria de Inspeção da ADAPEC

O encontro entre o pesquisador da Embrapa, corpo técnico da Adapec e a representação da CSLTO teve por objetivo avaliar o resgate e a modernização metodológica de um sistema municipal de coleta e gestão de dados da cadeia agroindustrial láctea tocantinense. Entre as oportunidades e ações examinadas, sobressaíram a viabilidade de digitalização dos questionários zootécnicos e industriais via formulários integrados aos sistemas oficiais da Adapec, a possibilidade de estimar com antecedência o déficit forrageiro das propriedades para o período de estiagem e o compartilhamento qualificado desses indicadores primários com IBGE, Incra e o colegiado setorial. Em contrapartida, as deficiências de integração entre os bancos de dados institucionais, o elevado índice de estabelecimentos informais não cadastrados e os entraves operacionais decorrentes da recente transição de plataforma cadastral da agência de defesa despontaram como as principais restrições metodológicas. A partir dessas discussões, restou alinhada a realização de uma audiência técnica com a presidência, gerência e equipe de TI da Adapec após o término do calendário de campo, estruturando a proposta de monitoramento para apresentação prioritária na sessão plenária da câmara setorial de agosto.

06 JULHO — Reunião sobre pagamento diferido do leite com Sindileite e Ruraltins

Teve por objetivo consolidar a pauta temática, alinhar ações prioritárias com entidades parceiras e definir o calendário do próximo encontro da CSLTO. Entre as oportunidades e ações em análise, destacaram-se a modelagem de um projeto piloto de Unidades Básicas de Laticínios (UBL) financiado pelo CDE a partir do caso de sucesso de Itacajá, a divulgação dos resultados do programa ATER Leite (Ruraltins/Embrapa) e a propositura de diretrizes conjuntas com o Sindileite e indústrias de ponta para a remuneração por bonificação da qualidade físico-química do leite cru. Por outro lado, a histórica desarticulação dos produtores rurais na base, a ausência crônica de assistência técnica de higiene na ordenha, as divergências estatísticas com bases do IBGE e as incertezas tributárias em relação ao encerramento do Programa Mais Leite Saudável figuraram entre os principais gargalos abordados. Com base nessas deliberações, os participantes acordaram a coleta prévia de referências mercadológicas industriais, a articulação de encontros técnicos com representantes da pesquisa e a convocação formal da reunião ordinária da CSL pré-agendada para o dia 4 de agosto de 2026.

07 JULHO — Reunião sobre estudo diagnóstico com FIETO

Teve por objetivo organizar a participação do setor industrial na agenda da Câmara Setorial do Leite e articular iniciativas voltadas à qualificação profissional. Entre os pontos favoráveis, delineou-se a estruturação de uma síntese executiva do diagnóstico setorial realizado pela Federação das Indústrias para servir de base comparativa histórica com o panorama atual, somada à prospecção de uma grade de cursos de formação de mão de obra para laticínios em cooperação com a superintendência do SENAI. Paralelamente, a persistente escassez de profissionais capacitados na indústria, as disparidades orçamentárias entre o segmento leiteiro e a pecuária de corte para mobilização em rotas de campo e a precariedade dos indicadores produtivos vigentes emergiram como óbices essenciais ao desenvolvimento da cadeia. Como deliberação final, a FIETO foi incumbida de viabilizar a audiência com a direção do SENAI e formatar os slides do diagnóstico histórico para apresentação no plenário oficial convocado para o início de agosto de 2026.



09 JULHO — Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA)

A reunião apresentou a nova direção da comissão, presidida por Endrigo Dalcin. Na pauta de classificação de grãos, a CNA informou que o Inmetro abriu a norma para equipamentos de classificação automática, com prazo até setembro para contribuições do setor, e cobrou do Ministério da Agricultura regras de classificação para culturas em expansão, como o gergelim, relevante no Tocantins, e o sorgo, que já soma 1,5 milhão de toneladas contratadas para a China. A Agroconsult descreveu uma crise de renda prolongada nos grãos, com preços baixos, custos e juros altos e endividamento elevado, e projetou margem próxima do ponto de equilíbrio para a soja 2026/2027, com risco do El Niño para o Matopiba e a segunda safra. Sobre o Plano Safra, a CNA destacou que apenas R$ 141 bilhões dos R$ 525 bilhões anunciados têm juros equalizados, 10% menos que no ciclo anterior, e criticou os cortes em armazenagem e irrigação.

20 JULHO — Reunião para definição do escopo de apresentação da metodologia de coleta de dados da Embrapa

A conferência técnica de alinhamento institucional entre a Faet e a Embrapa teve por objetivo central definir o formato de apresentação da metodologia de coleta de dados elaborada pela Embrapa, visando analisar o aceite do plenário da Câmara Setorial do Leite quanto à sua institucionalização.

21 JULHO 29 SETEMBRO — 150ª, 151ª e 152ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE.

VETROLUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., localizada no município de Araguaína - TO, que atua no ramo de fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

R2 MARQUEZ & BEZERRA LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho, foi beneficiária do incentivo no âmbito do Programa INTERNET, instituído pela Lei nº 1.641/2005, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

D M HOSPITALAR LTDA. ME, que atua no ramo de comércio atacadista de medicamentos e produtos hospitalares, foi beneficiária do incentivo fiscal instituído pela Lei nº 1.790/2007, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

GURUFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA., localizada no município de Gurupi - TO, que atua no ramo de produção de laminados longos e produtos de aço, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

OLFAR S/A - ALIMENTO E ENERGIA, localizada no município de Alvorada - TO, que atua no ramo de moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

DUCERRADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade, condicionada à apresentação da Licença Ambiental.

SOY BOX LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

FELIX & LIMA LTDA., localizada no município de Araguaína - TO, que atua no ramo de fabricação de laticínios, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

DALTANS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de alimentos e pratos prontos, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

DICRISTAL VIDROS LTDA., localizada no município de Araguaína - TO, que atua no ramo de fabricação de vidro plano e de segurança, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

MG POLPAS LTDA., localizada no município de Araguaína - TO, que atua no ramo de fabricação de conservas de frutas, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

CRB ALIMENTOS LTDA., localizada no município de Araguaína - TO, que atua no ramo de fabricação de produtos da carne, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

PRIME IN E-COMMERCE LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de comércio varejista especializado de equipamentos de informática, foi beneficiária do incentivo no âmbito do Programa INTERNET, instituído pela Lei nº 1.641/2005, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

MULTICOMERCE DIGITAL STORE LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, foi beneficiária do incentivo no âmbito do Programa INTERNET, instituído pela Lei nº 1.641/2005, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

TAG CENTER MODAS LTDA., localizada no município de Taguatinga - TO, que atua no ramo de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, foi beneficiária do incentivo no âmbito do Programa INTERNET, instituído pela Lei nº 1.641/2005, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

VIDRO PALMAS LTDA., localizada no município de Palmas - TO, que atua no ramo de fabricação de artigos de vidro, foi beneficiária do incentivo incentivo PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins, na modalidade expansão, aprovada por unanimidade.

FRIGORÍFICO VALE VERDE LTDA., localizada no município de Goiatins - TO, que atua no ramo de frigorífico e abate de bovinos,foi beneficiária do incentivo no âmbito do Programa Complexo Agroindustrial, instituído pela Lei nº 1.695/2006, na modalidade implantação, aprovada por unanimidade.

22 JULHO — Reunião com SENAI sobre curso de formação de mão-de-obra para indústrias lácteas

A reunião teve como escopo articular o setor agropecuário e a área educacional para alinhar ações de qualificação profissional voltadas à indústria de laticínios no Tocantins. Os participantes examinaram o êxito das turmas técnicas estaduais e definiram o modelo de laboratórios móveis como alternativa para atender a bacia leiteira do Bico do Papagaio sem custos de infraestrutura física permanente. Em contrapartida, debateram as restrições orçamentárias de gratuidade e avaliaram a tendência dos industriais de solicitar cursos genéricos em detrimento de perfis operacionais de base. Ainda, identificaram a urgência real de técnicos em eletrotécnica, química e automação, deliberando pela elaboração de um estudo balizado pelo Mapa do Trabalho Industrial para orientar as próximas decisões conjuntas. No entanto, após análise do Mapa do Trabalho, conclui-se que não há demanda de mão-de-obra para as agroindústrias beneficiadoras de leite no Estado do Tocantins.



22 JULHO — Reunião da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar (CNA)

A comissão avaliou o Plano Safra 2026/2027, com juros até 1,5 ponto percentual menores, mas recursos equalizados 10% inferiores, cortes no Moderfrota (–61%) e no Inovagro (–38%) e bloqueio de metade do orçamento do seguro rural. A CNA alertou ainda que as novas regras do Manual de Crédito Rural dificultam a renegociação de dívidas para quem não contratou Proagro ou seguro. O Núcleo de Inteligência da CNA confirmou o El Niño em curso, com previsão de intensidade muito forte entre novembro e janeiro e de estiagem no Norte, no Nordeste e no Matopiba. Na pauta internacional, os Estados Unidos aplicaram tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, com isenção para cerca de 63,5% das exportações do agro. Diante da crise de preços da cana, a comissão defendeu a inclusão da cultura na Política de Garantia de Preços Mínimos e a proteção do RenovaBio.

31 JULHO — Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Aves e Suínos

A Comissão de Aves e Suínos da CNA debateu a resposta setorial ao veto europeu sobre antimicrobianos e aditivos de crescimento. A liderança defende a segregação de lotes auditáveis e o uso de insumos alternativos para atender a Europa sem onerar o consumo interno. Estudos técnicos apontam que a suspensão irrestrita desses compostos derruba a conversão alimentar, eleva a mortalidade e encarece a ração. O colegiado classifica o regulamento estrangeiro como barreira comercial disfarçada e cobra rigor diplomático na defesa da produção. Ficou acertado o uso de dados de metanálise para respaldar as negociações do Mapa frente aos auditores internacionais.

04 AGOSTO — 5ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial do Leite - TO (CSLTO)

A plenária analisou a retração de 20% na captação leiteira estadual no início de 2026 frente à forte pressão de derivados importados do Mercosul. Foram apresentados os avanços da Rede Ater Leite e da ATeG/Senar, que assiste mais de 1.100







propriedades, cobrando-se expansão coordenada com a capacidade industrial. Diante do fechamento de laticínios locais e assimetrias tributárias, articulou-se linha emergencial de R$ 5 milhões via Agência de Fomento com teto de R$ 100 mil por produtor. Definiu-se a realização da "Rota do Leite" em 16 de novembro em polos estratégicos para difundir práticas de manejo na seca. Por fim, estruturou-se uma proposta de projeto-piloto para instituir pagamento por qualidade do leite sem viés punitivo.

05 AGOSTO — 205ª Reunião Ordinária do Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do COEMA/TO

A FAET participou da 205ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do COEMA, contribuindo para a análise da proposta de atualização das regras sobre Autorização de Exploração Florestal no Tocantins.

Entre os principais pontos debatidos se destacaram os procedimentos relacionados ao corte de árvores isoladas e imunes, o Plano de Manejo Florestal Sustentável, a coleta de produtos florestais não madeireiros e as regras de transição para o novo regulamento.

A FAET contribuiu para os debates e ajustes promovidos no texto da minuta. Entre as alterações, foi definida regra de transição, com entrada em vigor 60 dias após a publicação, preservando o regime anterior para processos protocolados antes da vigência e submetendo as renovações posteriores ao novo regramento.

Ao final, a minuta de resolução e o Parecer Jurídico nº 15/2026 foram aprovados, seguindo para deliberação em reunião plenária do COEMA/TO.

13 AGOSTO — GT Dados da CSLTO

O grupo discutiu a metodologia proposta pela Embrapa para levantar dados estruturados de propriedades e indústrias leiteiras nos 139 municípios. O instrumento visa gerar indicadores de ociosidade fabril, balanço forrageiro e produtividade por vaca, preservando a identidade dos produtores segundo a LGPD. Houve consenso de que a Adapec é a instituição indispensável para a coleta em massa, avaliando-se o uso do EpiCollect ou da declaração cadastral obrigatória. O IBGE propôs integrar o cadastro georreferenciado do Censo Agropecuário para estruturar amostragens representativas das mais de 20 mil propriedades do estado. Como encaminhamento, agendou-se reunião presencial com a presidência da Adapec para alinhar o cronograma técnico de execução.

13 AGOSTO — 3ª Reunião Ordinária do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+ Tocantins

Na reunião, realizada na sede da Semarh, foi anunciada a publicação do decreto que institui o Plano ABC+ Tocantins, necessário para o estado registrar suas metas no sistema do Ministério da Agricultura. A Semarh apresentou ações ligadas à agricultura de baixo carbono, como a plataforma Sigma, que qualifica os alertas de desmatamento, o plano estadual de recuperação da vegetação nativa, o plano de manejo integrado do fogo, previsto para o fim do ano, e o projeto Plantando Água, de recuperação de nascentes. O Tocantins foi selecionado entre os oito estados que terão um secretário-executivo do ABC+ custeado pelo Funbio. Foram agendadas as primeiras reuniões dos grupos de trabalho de pecuária (21/08), do qual a FAET faz parte, e de florestas (16/09). No monitoramento, o estado já registra cerca de 900 mil hectares de pastagens recuperadas, perto da meta de 1 milhão de hectares.

17 AGOSTO — 2ª Reunião da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Tocantins

Na reunião presidida pela FAET, o Naturatins respondeu aos pleitos que o setor de silvicultura apresentou na Agrotins. Pela nova legislação, a silvicultura está dispensada de licenciamento, bastando emitir a certidão de dispensa, com recomendação de manter o CAR validado. O corte de floresta não vinculada passou a ser declaratório e automático, enquanto o de floresta vinculada à reposição florestal segue dependendo de análise. O órgão anunciou também a terceirização da análise do CAR, com meta de mais de 30 mil cadastros analisados até dezembro. A Embrapa propôs uma rede de testes clonais de eucalipto em áreas de produtores, começando com três ou quatro unidades e plantio a partir de 15 de novembro, e a Seagro apresentou os eixos do 2º Seminário de Florestas Plantadas, previsto para novembro. A votação do regimento interno ficou para a próxima reunião.

21 AGOSTO — Reunião da FAET, IFTO e FAPTO

Representantes da FAET, da Câmara Setorial do Leite e do IFTO reuniram-se na FAPTO para articular pesquisas no setor leiteiro. A fundação detalhou seus mecanismos de intermediação de fomento e confirmou a viabilidade técnica de estudos focados na qualidade da produção, respaldada pelo impacto socioeconômico da atividade. Como encaminhamento prático, as instituições elaborarão um projeto específico para posterior submissão aos editais de financiamento disponíveis.



26 AGOSTO — Reunião do GT Dados na ADAPEC

A reunião alinhou a construção de um diagnóstico fidedigno da cadeia leiteira no Tocantins para superar a defasagem e a subjetividade dos dados oficiais. Ficou definido que a coleta com os produtores rurais não sobrecarregará o sistema da Adapec, sendo conduzida a campo por Senar, Ruraltins e Secretarias Municipais via formulário ou solução digital simplificada. À Adapec caberá o levantamento agroindustrial dos laticínios sob inspeção estadual (SIE) e a articulação com os serviços municipais (SIM) para consolidar capacidade e captação real. A Embrapa subsidia a metodologia técnica dos questionários (zootécnico e agronômico), com a proposta de envolver a Embrapa Territorial no processamento dos dados. O grupo utilizará a experiência de municípios com levantamento prévio (como Lavandeira) e buscará apoio institucional do CDE para viabilizar e financiar a execução do projeto piloto.

27 AGOSTO — Reunião Ordinária da Comissão de Logística

O Ministério dos Transportes abriu o encontro apresentando o Plano Nacional de Logística (PNL 2050), focado em metas socioeconômicas, manutenção de corredores estratégicos e 31 eixos intermodais. Na sequência, lideranças das federações apontaram a necessidade de incorporar a armazenagem ao plano e cobraram soluções para trechos rodoviários e ramais ferroviários regionais críticos. Em seguida, a ANUT detalhou a nova legislação do piso mínimo de frete rodoviário e a articulação no Congresso Nacional sobre os 42 vetos presidenciais. Foram também debatidas a insegurança jurídica na regulamentação da ANTT, a revisão do cálculo de custos operacionais e as distorções causadas pelo frete de retorno. Por fim, a Embrapa Territorial demonstrou a plataforma de dados sobre o trigo brasileiro, evidenciando o avanço na qualidade do grão, a expansão no Cerrado e os desafios logísticos até os moinhos.

27 AGOSTO — Reunião da Câmara Setorial de Piscicultura (CSPTO)

A câmara debateu a Lei Estadual nº 172/2026, comemorando a simplificação ambiental, mas alertando para a exigência de contrapartida social imposta a médios e grandes produtores. A Sepea reportou a expansão do programa municipalista para 16 municípios

SENAR Tocantins

Formação Técnica

Curso Técnico em SEGURANÇA DO TRABALHO



NOVO CURSO **GRATUITO** **EaD**

Ananás • Gurupi
Paraíso do Tocantins

Curso Técnico em ZOOTECNIA EaD



GRATUITO **EaD**

Ananás • Gurupi • Taguatinga
Paraíso do Tocantins

Inscrições abertas:
Processo Seletivo Senar e-Tec 2026.1



Destaque-se como profissional técnico

Processo Seletivo Senar e-Tec 2026.1
Conecte-se com seu futuro no Agro

Conecte-se com seu futuro no Agro

Inscreva-se

etec.senar.org.br

e a entrega de insumos a comunidades tradicionais junto ao Ruraltins e Embrapa. Foi agendado workshop prático para destravar outorgas d'água no Naturatins e viabilizar microcrédito do Pronamp, além de ações de ordenamento territorial para frigoríficos. A Adapec anunciou o início do monitoramento de campo do parasita acantocéfalo em peixes redondos e a realização do III Simpósio de Sanidade Aquícola. Por fim, reforçou-se o avanço da inspeção via SUSAF e a necessidade de buscar mercados interestaduais e externos devido à baixa densidade de consumo local.

04 SETEMBRO — Reunião da APA Santa Tereza

O Conselho da APA Serra do Lajeado reuniu-se para redefinir as normas de seu regimento interno. Os conselheiros delimitaram o alcance deliberativo do colegiado perante as atribuições de licenciamento do Naturatins, restringiram o uso de decisões monocráticas urgentes e recalibraram quóruns e prazos regimentais. A composição das cadeiras institucionais permanecerá flexível. Para garantir solidez normativa e dirimir sobreposições textuais, os ajustes serão alinhados com a procuradoria ambiental. A votação final ficou reservada à sessão seguinte.



04 SETEMBRO — Reunião da FAET com os Sindicatos Rurais

A FAET reuniu presidentes de sindicatos rurais em uma pauta ambiental com o Naturatins. O órgão explicou que, com a nova base de vegetação do IBGE adotada em 2026, imóveis antes classificados como floresta (80% de reserva legal) e hoje reconhecidos como cerrado (35%) podem pedir reanálise. Detalhou também a dispensa de licenciamento para agricultura, pecuária e silvicultura, feita por certidão gratuita e automática, que exige imóvel regular e transfere ao produtor a responsabilidade pelas informações; outorga, barragens e supressão de vegetação continuam exigindo autorização. Foram apresentadas ainda as novas regras de manejo integrado do fogo, com destaque para a importância de registrar as ações de prevenção. Por fim, foi apresentada a proposta do setor produtivo para requalificar o Zoneamento Ecológico-Econômico, que reduz o número de zonas e cria uma área de adesão voluntária para pagamento por serviços ambientais. A proposta será analisada por um grupo técnico com participação da FAET.

09 SETEMBRO — Reunião GT Pecuária de Baixo Carbono



Reunido na Embrapa Pesca e Aquicultura, o GT Pecuária de Baixo Carbono estruturou sua agenda de trabalho para o Tocantins. O diagnóstico contrapôs o potencial edafoclimático, a escala de área e o mercado às travas históricas do setor: crédito restritivo, déficit associativo e pendências fundiárias e ambientais. Diante desse panorama, o grupo convocará especialistas setoriais para desenhar intervenções práticas. O foco é converter gargalos em metas viáveis.

10 SETEMBRO — Circuito de Resultados do Campo Futuro - Bovinocultura de Corte

O Circuito Campo Futuro reuniu 120 produtores e técnicos em Gurupi para debater a viabilidade econômica da pecuária tocantinense. Sérgio Lima (Cepea/Esalq-USP) alertou para o cálculo rigoroso dos custos de produção, enfatizando o diagnóstico claro de margens financeiras. Em seguida, Hyberville Neto (HN Agro) analisou o fluxo de oferta e a dinâmica dos mercados interno e externo, sinalizando projeções favoráveis para o fechamento do ano. A gestão estratégica orientada por dados reais consolidou-se como o eixo central para a competitividade do setor. Lideranças do Sistema FAET/Senar e do Sindicato Rural reforçaram que o conhecimento técnico é indispensável para decisões seguras da porteira para dentro.

10 SETEMBRO 11 SETEMBRO — 1ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – CEVAT

A FAET participou da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - CEVAT, contribuindo para a revisão do Regimento Interno, a estruturação das Câmaras Técnicas Permanentes e o debate sobre a implementação do Programa Jurisdicional de REDD+ no Tocantins.

Como principal resultado institucional, a Federação foi **eleita para integrar três Câmaras Técnicas Permanentes da CEVAT: Salvaguardas, Repartição de Benefícios e Assuntos Jurídicos**, ampliando a participação do setor produtivo rural nas discussões relacionadas à política de serviços ambientais e ao REDD+.

A reunião também avançou na organização da governança da CEVAT, com a



aprovação das resoluções que instituem as Câmaras Técnicas e a definição dos próximos trabalhos relacionados ao JREDD+. A FAET seguirá acompanhando as discussões e participando tecnicamente

das três Câmaras para as quais foi eleita, quais sejam, salvaguardas, repartição de benefícios e segurança jurídica.

14 SETEMBRO — Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CTPAJ/CERH

A FAET participou da 69ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do CERH, contribuindo para o aperfeiçoamento das normas sobre fiscalização de recursos hídricos, segurança de barragens e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Na análise da regulamentação da fiscalização, a Federação defendeu a conversão da proposta de resolução em decreto, por considerar mais adequado ao alcance da matéria, além da exclusão das regras sobre prescrição por ausência de previsão específica na legislação estadual. O entendimento foi acolhido, e a minuta de decreto e o respectivo parecer jurídico foram aprovados.

A FAET também apresentou contribuições à revisão da Resolução CERH/TO nº 25/2011, com ajustes voltados à composição dos Comitês, equilíbrio entre os segmentos, critérios de aferição e recomposição das vagas, recursos, conceitos e técnica legislativa. A minuta revisada e o parecer correspondente também foram aprovados.

Como encaminhamentos, as matérias seguirão para apreciação do Plenário do CERH e continuidade da tramitação da proposta de decreto.

15 SETEMBRO 28 SETEMBRO — 33ª, 34ª e 35ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – CTPFERH

A FAET participou da análise do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH para 2027, com previsão orçamentária de R$ 4,63 milhões, acompanhando discussões sobre o fortalecimento dos Comitês de Bacias, recuperação ambiental, monitoramento hidrometeorológico, qualidade da água, outorgas, educação ambiental e recuperação de nascentes. A Federação também destacou sua atuação na aproximação das discussões do CERH com os produtores rurais, por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Na consolidação do parecer técnico, a FAET apresentou contribuições para priorizar a manutenção das estações hidrometeorológicas e ampliar o acesso aos dados pluviométricos, bem como assegurar a participação dos usuários e a avaliação dos impactos econômicos no estudo sobre eventual cobrança pelo uso da água na Bacia do Lago de Palmas.

A Federação também defendeu que pendências administrativas na análise



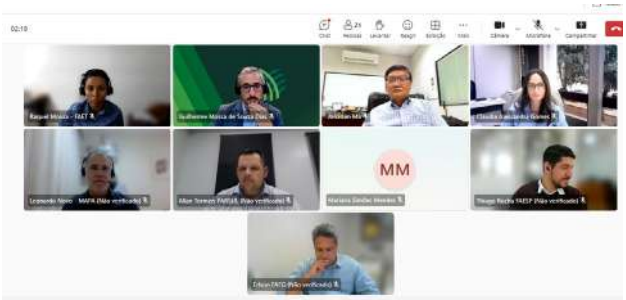
do CAR não impeçam o acesso ao Projeto Plantando Água II, reforçando a necessidade de prioridade na análise dos cadastros dos produtores rurais interessados em aderir ao projeto. Além disso, o SENAR

capacitará os produtores participantes para atuarem diretamente na restauração florestal das áreas contempladas pelo Projeto Plantando Água.

Ao final, o Parecer Técnico nº 4/2026 e a minuta de resolução do Plano de Aplicação do FERH para 2027 foram aprovados pela Câmara, com recomendações voltadas ao monitoramento, à transparência e ao acompanhamento dos projetos financiados pelo Fundo.

15 SETEMBRO — Reunião da Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite - CNA

A reunião abordou o hedge como ferramenta para travar custos de insumos na B3 e margens no mercado futuro de leite via OTC. O MAPA justificou a defasagem do Observatório da Qualidade do Leite por limitações operacionais, anunciando a transição para o sistema digital Mapa Labs. Debateu-se a incerteza do Programa Mais Leite Saudável com o fim dos créditos de PIS/Cofins na reforma tributária e a urgência de cobrar assistência técnica efetiva no campo. Por fim, a CNA consolidou cinco propostas estratégicas para modernizar o PNCBT, priorizando segmentação na GTA, revacinação com RB51 e triagem por Elisa no tanque. Demonstrou-se ainda o impacto econômico positivo do controle sanitário, calculando prejuízo de R$ 28 mil por vaca brucélica.



18 SETEMBRO — 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Foz do Rio Santa Teresa



A FAET participou da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Foz do Rio Santa Teresa, realizada em Peixe, acompanhando a instalação do colegiado e as discussões estratégicas para a gestão da unidade de conservação e para o setor produtivo rural.

Entre os principais temas estiveram a elaboração do Regimento Interno, a situação do Plano de Manejo, as dificuldades enfrentadas por produtores quanto ao crédito e ao licenciamento ambiental, além de propostas para proteção e recuperação de nascentes.

O Conselho formalizou a posse dos representantes para o biênio 2026/2028 e definiu como prioridade a elaboração do Regimento Interno. Após essa etapa, deverá ser apresentado o Plano de Manejo para análise do colegiado, com possibilidade de criação de Grupo Técnico para avaliar sua atualização.



21 SETEMBRO — Reunião do GT Dados no Ruraltins - Censo da Pecuária de Leite

Definiu a integração de bases cadastrais para mapear a pecuária de leite. A medida visa sanar distorções nas estatísticas vigentes, cuja subnotificação restringe a destinação de emendas e a atração de indústrias para o estado. Para evitar sobreposição em campo, serão articulados os atendimentos da ATeG, o alcance do extensionismo estadual e os registros sanitários da Adapec. Como encaminhamento, a Embrapa enviará ofício ao Ruraltins propondo a formalização de um plano de trabalho aditivo ao termo de cooperação existente. A iniciativa busca consolidar indicadores produtivos fidedignos para direcionar políticas públicas e a concessão de crédito rural ao setor lácteo.

23 SETEMBRO — Reunião da Comissão de Produtos Orgânicos do Tocantins

A reunião da Comissão da Produção Orgânica do Tocantins (CPOrg/TO) teve por objetivo estruturar o seu plano de trabalho, deliberar sobre a execução orçamental da Campanha Nacional do Produto Orgânico e articular a atualização da sua composição institucional. Entre as oportunidades e ações destacadas, sobressaíram a dotação de recursos para materiais informativos, o suporte logístico assegurado pelo Ruraltins e o elevado potencial agroextrativista de grupos comunitários organizados, a exemplo das quebradeiras de coco babaçu e das produtoras de derivados do jatobá. Por outro lado, o reduzido número de produtores formalizados no Cadastro Nacional, a inatividade de antigas Organizações de Controlo Social (OCS) motivada por entraves burocráticos e as restrições associadas ao calendário eleitoral figuraram entre os principais desafios apontados.

23 SETEMBRO — Reunião GT Econômico da CNA

A FAET participou da reunião do Grupo de Trabalho Econômico da CNA, que tratou da integração de dados das Federações à plataforma JOIA, da análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 e dos principais desafios tributários previstos para os produtores rurais. A proposta de integração ao JOIA busca ampliar o uso de informações regionais sobre preços de produtos e insumos, priorizando dados produzidos ou validados pelas Federações Estaduais.

Na análise do PLOA 2027, foram avaliadas dotações destinadas ao agronegócio, com atenção para recursos relacionados à Embrapa, Proagro, pesquisa e inovação, defesa agropecuária, SUASA, formação de estoques, comercialização, cooperativismo e desenvolvimento das cadeias produtivas.

Também foram debatidos os impactos das mudanças tributárias previstas para 2027, incluindo IBS/CBS, créditos tributários, operações de barter, Livro Caixa, Funrural, arrendamento, parceria rural e ITCMD.

No tema do ITR, a FAET apresentou a atuação desenvolvida no Tocantins diante de aumentos e inconsistências no Valor da Terra Nua (VTN), com análise de laudos, atuação junto aos municípios e representação à Receita Federal. A Federação defendeu a continuidade da atuação da CNA no acompanhamento legislativo de propostas destinadas a ampliar a segurança jurídica na definição desses valores.

29 SETEMBRO — Reunião da Câmara Setorial de Ovinocultura e Caprinocultura

A reunião de reestruturação da Câmara Setorial de Ovinos e Caprinos do Tocantins, realizada na Seagro, teve por objetivo reorganizar a cadeia produtiva a partir de demandas diretas do setor produtivo, identificando como principais oportunidades a demanda aquecida por carne e matrizes comerciais, a atração de recursos internacionais e a consolidação de modelos cooperativos com ganho de escala, em contraponto a gargalos expressivos como a informalidade comercial, a carência de oferta padronizada e regular para abate em frigoríficos, as restrições de crédito bancário, a desarticulação entre instituições e os desafios em sanidade, rastreabilidade e gestão de custos; a partir desse diagnóstico, o colegiado e as instituições parceiras atuarão no desenvolvimento e na validação de um modelo produtivo integrado, priorizando a originação qualificada, a assistência técnica orientada e a conformidade sanitária para suprir de forma sustentável as exigências do mercado consumidor.



FAET
Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

NA DEFESA DOS INTERESSES
DO PRODUTOR RURAL
TOCANTINENSE!

FAET
SENAR
SINDICATOS

www.
sistemafaetsenar.org.br
/sistemaFAET
/senar.to

ACNO 1 Rua, NO 05, 38, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77001-020